

Estado de Goiás
Polícia Militar
Academia de Polícia Militar
Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais

Estudo Comparado da Formação Básica
Do Policial Militar Deficiências e Adequação
Para Atuação no Contexto Social

Ricardo da Fonseca Martins

Waldir Pereira Lima

Goiânia - 1997

BAPM

RICARDO DA FONSECA MARTINS - CAP PMDF

WALDIR PEREIRA LIMA - CAP PMGO

2676

**ESTUDO COMPARADO DA FORMAÇÃO BÁSICA DO
POLICIAL-MILITAR - DEFICIÊNCIAS E ADEQUAÇÃO
PARA ATUAÇÃO NO CONTEXTO SOCIAL**

Trabalho técnico-profissional
apresentado à Academia de Polícia
Militar do Estado de Goiás como
requisito parcial para a conclusão do
Curso de Aperfeiçoamento de
Oficiais.

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

Orientador de conteúdo: Ten Cel PM Adailton Vieira de Lima

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

GOIÂNIA, JULHO DE 1997



Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

ESTADO DE GOIÁS
POLÍCIA MILITAR
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR

ESTUDO COMPARADO DA FORMAÇÃO
BÁSICA DO POLICIAL-MILITAR -
DEFICIÊNCIAS E ADEQUAÇÃO PARA
ATUAÇÃO NO CONTEXTO SOCIAL

CAP PMDF RICARDO DA FONSECA MARTINS

CAP PMGO WALDIR PEREIRA LIMA

GOIÂNIA , JULHO DE 1997.

**Estudo sem pensamento é
trabalho perdido; pensamento
sem estudo é perigoso.**

Confúcio (551 - 479 a . C.), Analecta.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter nos concedido saúde, paz e disposição para o trabalho;

Às nossas famílias, por terem suportado com resignação nossas ausências e nos incentivado à consecução dos objetivos traçados alhures;

Aos nossos orientadores, pelas palavras seguras de incentivo e críticas construtivas, sem as quais não teríamos condições de aperfeiçoar o trabalho;

À IGPM e, particularmente, ao Cap PMPE Castro, pela colaboração emprestada e o tratamento fidalgo a nós dispensado;

À Direção e Coordenação do CAO-97, pela oportunidade de desenvolver este trabalho.

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

DEDICO este trabalho às mulheres da
minha vida: Dona Ilza, Gisélia, Hoanna,
Mariana, Rafaela, Laura e Manuela.

CAP MARTINS

DEDICO este trabalho à minha mãe Dona
Lídia, à minha querida esposa Suely e aos
meus filhos Andressa e Alexandre.

CAP LIMA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, 11

1. VERIFICAÇÃO DA ATUALIDADE E RELEVÂNCIA DO TEMA, 17

1.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES, 19

1.2 OPINIÃO COLHIDA DE MEMBRO DO PODER EXECUTIVO, 23

1.3 OPINIÃO COLHIDA DE MEMBRO DO PODER LEGISLATIVO, 25

1.4 OPINIÃO COLHIDA DE MEMBRO DO PODER JUDICIÁRIO, 26

1.5 OPINIÃO COLHIDA DE COMPONENTE DA MÍDIA, 28

2. PESQUISA DE CAMPO, 32

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO AMOSTRAL, 33

2.1.1 Identificação do Sexo dos Pesquisados, 33

2.1.2 Análise do Fator Sexo, 34

2.1.3 Identificação do Público (Policial-Militar e Civil), 35

2.1.4 Análise da Participação da População Civil e Policial-Militar, 36

2.1.5 Idade dos Pesquisados, 36

2.1.6 Análise dos Dados Referentes à Idade, 37

2.1.7 Escolaridade da População Amostral, 38

2.1.8 Análise do Fator Escolaridade na Pesquisa, 39

2.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS, 40

2.2.1 Grau de Satisfação Quanto ao Serviço PM, 41

2.2.2 Análise do Grau de Satisfação, 42

2.2.3 Sentimento Sobre a Atuação do PM, 44

2.2.4 Análise do Sentimento do Público com Relação à Presença do PM, 45

2.2.5 Formação do PM para Exercer Função Social, 46

2.2.6 Análise do Fator Formação para o Exercício da Função Social, 47

| | | |
|---------------|--|-----------|
| 2.2.7 | Fatores de Influência na Melhoria do Serviço da PM, | 48 |
| 2.2.8 | Análise dos Fatores de Influência na Melhoria do Serviço da PM, | 49 |
| 2.2.9 | Fatores de Contribuição para Violência de Policiais-Militares, | 50 |
| 2.2.10 | Análise dos Fatores que Contribuem para a Violência Cometida, por Policiais-Militares, | 51 |
| 2.3 | CONCLUSÃO DA PESQUISA DE CAMPO, | 53 |
| 3. | O ENSINO E A FORMAÇÃO DO POLICIAL-MILITAR - REVISÃO DA LITERATURA, | 55 |
| 4. | ANÁLISE CURRICULAR DAS POLÍCIAS MILITARES DOS ESTADOS DE GOIÁS, MINAS GERAIS, PERNAMBUCO, SÃO PAULO E DISTRITO FEDERAL, | 63 |
| 4.1 | APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS OBJETIVOS, | 63 |
| 4.1.1 | Polícia Militar do Estado de São Paulo, | 64 |
| 4.1.2 | Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, | 65 |
| 4.1.3 | Polícia Militar do Distrito Federal, | 66 |
| 4.1.4 | Polícia Militar do Estado de Pernambuco, | 67 |
| 4.1.5 | Polícia Militar do Estado de Goiás, | 69 |
| 4.1.6 | Análise e Interpretação dos Objetivos Apresentados, | 69 |
| 4.2 | APRESENTAÇÃO DA GRADE CURRICULAR, | 73 |
| 4.2.1 | Análise e Interpretação do Currículo da PMGO, | 74 |
| 4.2.2 | Análise e Interpretação do Currículo da PMDF, | 76 |
| 4.2.3 | Análise e Interpretação do Currículo da PMSP, | 78 |
| 4.2.4 | Análise e Interpretação do Currículo da PMPE, | 80 |
| 4.2.5 | Análise e Interpretação do Currículo da PMMG, | 82 |
| 4.3 | ANÁLISE COMPARATIVA DAS CARGAS HORÁRIAS GERAIS, | 84 |
| 4.4 | ANÁLISE COMPARATIVA DO NÚMERO DE DISCIPLINAS, | 86 |
| 4.5 | A FALTA DE PADRONIZAÇÃO DA FORMAÇÃO NAS POLÍCIAS MILITARES, | 92 |

CONCLUSÃO, 95

**PROPOSTA DE CURRÍCULO PARA O CURSO DE FORMAÇÃO BÁSICA
DO POLICIAL-MILITAR, 100**

ESTABELECIMENTO DA CARGA HORÁRIA, 104

ESTABELECIMENTO DO QUADRO DE DISCIPLINAS, 104

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 107

**ANEXO - MODELO DO QUESTIONÁRIO APLICADO EM PESQUISA DE
CAMPO, 111**

LISTA DE TABELAS

1. Sexo dos Pesquisados, 33
2. Público Policial-Militar e Civil, 35
3. Idade dos Pesquisados, 36
4. Escolaridade da Amostragem, 38
5. Grau de Satisfação Quanto ao Serviço PM, 41
6. Sentimento sobre a Atuação do PM, 44
7. Formação do PM para Exercer Função Social, 46
8. Fatores de Influência na Melhoria do Serviço PM, 48
9. Fatores de Contribuição para a Violência de PM, 50
10. Grade Curricular Comparativa de Disciplinas e Cargas Horárias - 1997, 73
11. Currículo de Formação Básica Proposto, 103

LISTA DE GRÁFICOS

1. Sexo da População Amostral, 34
2. Tipo do Público, 35
3. Idade dos Pesquisados, 37
4. Escolaridade da População Amostral, 39
5. Grau de Satisfação - Serviço do Policial-Militar, 42
6. Sentimento da Presença do PM, 44
7. Formação do PM - Segundo a População, 46
8. Fatores de Influência na Melhoria do Serviço PM, 49
9. Fatores de Contribuição para a Violência Policial, 51
10. Disciplinas do CFSd PMGO, 74
11. Disciplinas do CFSd PMDF, 76
12. Disciplinas do CFSd PMSP, 78
13. Disciplinas do CFSd PMPE, 80
14. Disciplinas do CFSd PMMG, 82
15. Carga Horária total do CFSd, 84

INTRODUÇÃO

A instituição policial-militar tem sido discutida por toda a sociedade, através dos mais diferentes segmentos de representação. Assim, tem-se verificado uma série de opiniões de pessoas das mais variadas formações e origens, que versam sobre a questão da segurança pública e dos direitos humanos.

A discussão acentuou-se à medida que episódios, envolvendo policiais-militares que extrapolavam e cometiam crimes, no exercício de sua atividade, foram fartamente divulgados na mídia. Dentre os elementos destacados na discussão pôde-se verificar que alguns pontos ficaram em evidência: primeiro, a questão da desmilitarização das Polícias Militares; segundo, a existência ou não da justiça militar ; terceiro, a tese da municipalização da segurança pública. De fato, o que se quer destacar desses fóruns de debates é que, em algum momento,

veio à tona a idéia de que o policial-militar não está adequadamente preparado para exercer suas funções.

Em suma, a formação do policial-militar tem sido apontada como um dos fatores mais deficientes, e que tem levado a instituição a desgastes. Os pontos dessa formação, no entanto, não foram suficientemente esclarecidos, ainda que se diga que comissões apresentarão relatórios sobre o tema. Todavia, para a Polícia Militar já é bastante saber que a opinião pública não está satisfeita com uma instituição que tem como razão de existir a própria sociedade. É preciso que a Polícia Militar participe da discussão e, sobretudo, apresente alternativas para os seus próprios problemas se inclinando no sentido das mudanças.

Ao se pensar sobre o assunto, formação do policial-militar, logo surgem algumas indagações. Será que a formação do policial-militar é adequada para sua atuação na sociedade? Como as corporações têm estabelecido a formação básica do policial-militar? Que deficiências existem com relação à carga horária e currículo? Que modificações são necessárias para adequar o Curso de Formação ao contexto social?

Em razão das questões suscitadas, a proposta é de apresentar os resultados de uma pesquisa na qual se estude a

formação do Soldado PM, entendendo que essa é a formação básica do policial-militar. Visa-se, pois, verificar através de um estudo comparativo, como está estruturada a carga curricular em algumas corporações, a fim de se questionar o que não está adequado nessa formação básica; de discutir esse aspecto curricular e a carga horária a partir das comparações realizadas, bem como de identificar os fatores que possam estar acarretando problemas no trato com o público, apresentando, ao final, uma sugestão de currículo de formação básica.

Acredita-se que, com este trabalho, está-se repensando o papel da Polícia Militar, e contribuindo para a busca de soluções que se coloquem em consonância com os anseios sociais e comunitários.

Sabe-se que a implantação de uma nova mentalidade se efetua a partir da discussão dos problemas e da descoberta de novos caminhos. O desafio é criticar o modelo de formação na instituição, não com uma visão exterior, mas de dentro dela, impregnado pela sua cultura. Não se pode ficar aguardando que decidam pela instituição policial-militar sem que ela participe da discussão, sem que apresente soluções para os seus próprios problemas. Enfim, é uma autocrítica.

1. VERIFICAÇÃO DA ATUALIDADE E RELEVÂNCIA DO TEMA

Na verificação da importância e atualidade do tema proposto, a questão da credibilidade da instituição Polícia Militar permanece tão atual quanto o era há 2500 anos.

Platão, citado pelo Cel PM Alcino Lagares Côrtes Costa em trabalho de sua lavra ¹, já assim se manifestava em diálogo com Glauco:

Platão: - Estamos, pois, bem certos sobre quais deverão ser as características físicas de nossos guardiães?

Glauco: - Sim, estamos.

- E quanto às suas qualidades mentais, sabemos que deverão ser vigorosas.
- Certamente.
- Então, Glauco - disse eu - possuindo eles tal natureza, como o será possível impedir que se comportem de maneira selvagem uns para com os outros, e em face dos demais cidadãos?

¹ COSTA, Alcino Lagares Côrtes. Sociedade sem violência - uma solução através da urbanologia cogente. Uberaba, [s.e.],1992. , p. 61.

- Por Deus! - declarou ele - não será fácil.
- Ainda assim, precisamos fazê-los brandos no trato dos companheiros e ferozes ante o inimigo. Se não conseguirmos isso, eles impedirão que o inimigo destrua a cidade, porque eles próprios o farão.

Portanto, trazendo para os dias de hoje, o pensamento de Platão continua atualíssimo. Se os policiais não se tornarem brandos no trato com o povo, não há que se temer os criminosos, porque os próprios policiais serão objeto dos temores de toda a sociedade.

Para que se pudesse constatar a real validade do estudo fez-se mister a investigação das variáveis que interferem na relação do PM com o público. Por esse motivo, surgiu o interesse de buscar algumas manifestações espontâneas de opiniões acerca da Polícia Militar, para que fosse possível avaliar o grau do interesse de outros setores e do público em geral, sobre a atividade da PM e identificar os fatores de interferência. Era preciso sair da mera intuição e buscar a constatação.

1.1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES DA ORIGEM DO PROBLEMA

Houve um tempo em que a instituição policial-militar se confundia com as instituições militares, sobretudo porque a estrutura organizacional de todas elas se alicerçam em um modelo erigido sobre os princípios da hierarquia e disciplina.

Posteriormente, tornou-se latente que não se tratava de uma mesma força, pois a finalidade da existência da instituição policial é totalmente diversa. Já em 1909, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Pedro Lessa, inseria em um voto o seguinte: "... a polícia de um Estado não se confunde com o Exército Nacional, mas, também, não se confunde com uma organização civil. É uma força armada que só pode subsistir com ordem e disciplina." ² Ora, se a Polícia Militar é uma instituição que tem o mesmo pilar das Forças Armadas, em que então difere destas? A resposta mais adequada à questão é que a diferença reside na finalidade a que se destina cada instituição e, conseqüentemente, repercute na preparação técnica. No plano técnico, o militar das Forças

² LESSA, Pedro. Voto em acórdão. **A Instituição PM**. Rio de Janeiro: STF, 1909. Apostila. Mimeo.

Armadas é formado com doutrinas de estratégia e de tática. O domínio das armas e outros artefatos são fundamentais. O preparo e emprego da força, aliados a conhecimentos sobre o inimigo, o clima e o terreno são elementos essenciais de informação do combatente. Já para o policial-militar o preparo técnico visa ^{ao} conhecimento da lei, do delito, da sociedade. Pode-se, sinteticamente, asseverar que o militar tem uma formação com base nas ciências exatas e o policial-militar nas ciências sociais.

O Soldado de Polícia Militar é um agente social, lida diretamente com as pessoas, e sua função é de apoio diante das mais diversas situações. Todavia existe um paradoxo insuperável: ele é ao mesmo tempo um agente de controle do Estado e um elemento de apoio às pessoas. Assim ele vigia, aconselha, adverte, notifica, prende, controla o trânsito, socorre acidentados, enfrenta perigos para socorrer as mais diversas vítimas, enfim ele deve ser um misto de fiscal e “herói de plantão”.

A Polícia Militar e, por conseguinte, o policial-militar existem em função da comunidade, que é a destinatária do seu serviço, a sua principal e mais ilustre cliente. Por isto mesmo, é indispensável uma perfeita e constante integração da instituição com a comunidade. Pressupõe-se a existência do mútuo respeito

entre o PM e os integrantes da sociedade, até porque ele também faz parte desse mesmo corpo social.

Por outro lado, a comunidade deve conhecer melhor a corporação que lhe serve, sua destinação, seus propósitos, sua capacidade, seu potencial e suas limitações. É imprescindível que a corporação seja, cada vez mais, uma organização aberta, engajada com as questões sociais, alinhando-se e interagindo com os segmentos sociais, captando os anseios e necessidades do público. Até porque a Polícia Militar é o próprio povo, pois dele se compõe e existe para servi-lo.

Já vai longe o tempo em que a instituição policial-militar era uma organização ensimesmada, que procurava resolver seus problemas sem interferências, que não admitia sequer uma crítica, fosse ela construtiva ou não. A verdade é que imperava uma certa prepotência, baseada no fato de que o profissional de segurança pública é que entendia de segurança e ninguém mais. Os fatos e as circunstâncias vêm demonstrando que a realidade não é bem esta. E mais, com o advento do novo estado de direito implantado com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a participação do cidadão passou a ser presente em tudo aquilo que lhe é pertinente. Hoje a sua voz tem peso e importância.

A expectativa que se tem, atualmente, de uma grande corporação policial-militar é de uma prestadora de serviços comunitários. Sua eficiência é medida, em grande parte, pela credibilidade que desfruta junto ao público que serve. E quanto maior esta credibilidade, melhores serão as condições para o exercício de suas atividades. Há necessidade de se priorizar mais a polícia voltada para o cidadão em detrimento da polícia do Estado. Apoiar é premissa até para se poder fiscalizar. É, enfim, o requisito fundamental para o exercício da autoridade sem arrogância.

Ocorre que, nos dias atuais, com um número considerável de episódios envolvendo policiais-militares, extrapolando no desempenho de suas funções, a interação com a comunidade e a credibilidade da instituição têm ficado comprometidas. E ainda mais, há repercussão em nível nacional e até internacional. Alguma coisa há que se fazer.

Vários representantes, dos mais diversos segmentos sociais, têm discutido e se manifestado acerca da atividade policial-militar, da instituição policial-militar e do próprio policial-militar, bem como sobre a questão da segurança pública.

1.2 OPINIÃO COLHIDA DE MEMBRO DO PODER EXECUTIVO

Recentemente, no fórum de discussão sobre a questão da municipalização da segurança pública, o então Ministro da Justiça, Nelson Jobim, em sua exposição de motivos acerca do projeto de emenda constitucional 338-A/96, sobre o regime constitucional dos militares, declarou o que se segue:

(...) Lembram-se de que, na década de 70, o comando das polícias militares era algo decidido pelo Ministro do Exército e que sempre, ou no mais das vezes, eram lideradas por um Coronel do Exército. Excepcionalmente um Coronel, alguém da carreira. Posteriormente, em 1977, começou a inverter o quadro. O comando das polícias militares era de um oficial de carreira da Polícia Militar, excepcionalmente de um oficial do Exército. Isso ocorreu com as Secretarias de Segurança dos Estados, que eram todas indicadas pelo Presidente da República, nomeadas pelo Governador e recaíam em Coronéis do Exército, todos formados na chamada comunidade de segurança. Lembram-se disso?

Pois bem. No momento em que se transfere para o Exército a capacidade das forças militares estaduais

de serem um braço de guerra revolucionária, transferem a instrução militar para o Exército. **E aí, qual foi a instrução militar que passaram a ter os policiais-militares? A instrução do soldado de infantaria, o que lhes tornou incapazes de cumprir as funções de segurança pública com tranqüilidade, porque a concepção militar que trata de outro personagem é distinta da concepção de segurança pública. O militar trata com o inimigo. O elemento da segurança pública trata com o cidadão delinqüente. É outra coisa** (grifo nosso).

(...) E no Ministério da Justiça, o trabalho desenvolvido desde os Ministros posteriores ao regime militar, (...) , sempre foi voltar as polícias militares para a concepção de que são militarizados para a segurança pública, mas não são Forças Armadas.³

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

³ JOBIM, Nelson. **Fala do Ministro Nelson Jobim**. Nota taquigráfica da comissão especial da PEC 338-A/96 - Regime constitucional dos militares. Brasília: Congresso Nacional, 15 jan.97.

1.3 OPINIÃO COLHIDA DE MEMBRO DO PODER LEGISLATIVO

Pouco mais tarde, em discurso proferido pela Deputada Federal, Lídia Quinan (PMDB - GO), em sessão realizada no dia 22 de abril de 1997, verificou-se que ela se manifestou da seguinte maneira, acerca da violência policial, cometida por policiais militares dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro:

Poucas vezes, os brasileiros terão reagido com tanta veemência à estupidez e à barbárie como agora, frente às imagens chocantes com que a televisão denunciou a selvageria de maus PMs dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Episódios como esses nos envergonham, mas nos dão sobretudo, a consciência que nos aperfeiçoamos como povo, avançamos como sociedade, evoluímos como nação, pois a eles já não assistimos com a indiferença de outrora, com a fraqueza dos que se curvam ante o inevitável. Note-se que a reação mobilizou não somente os indivíduos, o cidadão comum, mas o próprio Estado, os governantes a quem compete zelar pelo patrimônio moral e pela integridade física das pessoas. (...) A crueldade dos monstros de Diadema e dos criminosos da Cidade de Deus não é padrão para ninguém, muito menos para os milhares de brasileiros dignos, de cidadãos respeitáveis que envergam com orgulho a farda da PM. A regra, nas

dependências das polícias militares, é a defesa da honra, o amor à pátria, o cumprimento do dever, o combate à violência, a prevenção do crime - jamais o excesso gratuito, a agressão injustificada, o sadismo patológico, o comportamento doentio. (...) **No Rio Grande do Sul, em Minas Gerais, em Alagoas e em Sergipe, já constam, entre as matérias lecionadas nos centros de formação de oficiais e soldados da PM, disciplinas que têm por objeto o estudo dos direitos humanos, dos valores que se baseiam a liberdade, a democracia e a estabilidade social. À frente da Secretaria de Direitos Humanos, temos a certeza de que será esse o grande projeto do Dr. José Gregori: fazer de cada PM um cidadão respeitável, um profissional digno, um brasileiro cômico do muito que lhe cabe na tarefa de construir um Brasil Melhor, mais próspero, mais justo, mais decente e mais feliz (grifo nosso) ⁴.**

1.4 OPINIÃO COLHIDA DE MEMBRO DO PODER JUDICIÁRIO

O Juiz de direito do Estado de Goiás, Ricardo Teixeira Lemos, ex-Auditor Militar do Estado, recentemente publicou uma matéria em revista especializada, que se transcreve na íntegra:

⁴ QUINAN, Lídia. **Discurso**. Brasília: Câmara dos Deputados, 22 abr. 97.

O policial-militar tem boa formação para o desempenho de sua função? Sabemos que não. Por quê? Vencimentos, origem, atrativos, etc. Partindo dessa premissa, refletimos, quem é o policial-militar? É um ser extraterrestre? Não, sou eu, você, somos nós fardados. O policial-militar é violento? É! Mas por quê? Bem, além de sermos violentos, recebemos uma instrução ou preparo e vivemos sempre violentados. O Estado nos violenta. Nós somos violentados. Esta é a primeira reflexão. Significa, então, que não é só o policial violento? Absolutamente não. A todo momento, a toda hora, experimentamos a violência. Nós, juizes, somos violentados, imaginem os demais. A nossa formação e origem é por demais violenta, basta rebuscar na história, em outras palavras, não temos *pedigree*. Estamos sim, tentando, lutando, enfrentando para conter a violência, mas não percebemos de vista que somos produto dessa violência. Da polícia civil, como de qualquer outra corporação ou segmento, quanto à violência, digo o mesmo. Nos conventos para padre, nas igrejas há violência, logicamente que não consiste na acepção pura da palavra, ou seja, física, mas na lesão aos direitos, sendo até mesmo preteridos. Não creio que extinguir a Polícia Civil ou Militar seria a solução correta. É o mesmo que a pena de morte. Não podemos matar para extirpar as conseqüências. Devemos, sim, acabar com a causa. Extinguir a Polícia Militar ou Civil seria solução política e paliativa, talvez. O ideal, creio, seria repensar a sua reestruturação. **Partindo do homem, o policial há de ser qualificado para a função, há de possuir**

condições para o trabalho e ser recompensado à altura, pois, só assim poderá ser cobrado. O Estado recruta pessoas sem condições até mesmo de sobrevivência, verdadeiros renegados, não os preparam suficientemente, não lhes dá as mínimas condições de trabalho, não são remunerados condignamente e os abandonam como feras feridas, lobos atrás de suas presas fáceis, os cidadãos (grifo nosso). O Estado é absolutamente omissivo, isto em todos os aspectos. O culpado é o sistema e o engodo, a farsa dos políticos inescrupulosos, de mentira, faz de conta. O policial é violento, é despreparado, é revoltado, não tem condições de trabalho, mas o culpado não é o policial, nem o povo, mas o sistema, o governo, o Estado.⁵

1.5 OPINIÃO COLHIDA DE COMPONENTE DA MÍDIA

O jornalista Afonso Lopes, citado em uma monografia elaborada pelo Cap PMMT Ubaldo Souza de Figueiredo,⁶ fornece um testemunho bastante ilustrativo, cuja transcrição segue abaixo:

⁵ LEMOS, Ricardo Teixeira. Sem título. *Revista CONSULEX*, Goiânia, a. 1, n. 4, p. 14, abr. 1997.

⁶ FIGUEIREDO, Ubaldo Souza de. *O perfil social do policial militar do Estado de Goiás*. Goiânia: APM/CAO, 1996. Monografia. 77 p. Mimeo. p. 14.

Afinal, a imagem que a população tem da Polícia Militar do Estado de Goiás é boa ou ruim? Seria péssima? Não, péssima, com certeza não é, mas, sem dúvida, não é tão boa. Por que isso ocorre?

A PM é uma força policial de choque e não de investigação. Em outras palavras, a PM, quando acionada, torna-se a última opção para a manutenção da ordem pública. Se, eventualmente, ela for derrotada, trata-se, evidentemente, de uma guerra civil e não de um conflito localizado.

Em todos os países do mundo as polícias de choque têm suas imagens indelevelmente ligadas à violência. É natural, portanto, que as populações as olhem sempre com ligeira desconfiança. Isso só se modifica nos momentos de tensão social intensos. Ou seja, quando há ameaças reais, imediatas e sérias. Nesses momentos, e apenas neles, é que a população beneficiária da atuação da polícia de choque se alia aos seus protetores. Isso ocorre nos Estados Unidos, na Itália, no Brasil ou na Coréia.

No caso da Polícia Militar do Estado de Goiás existem alguns aspectos que pioram essa relação comunidade/PM. É certo que a população vê **policia** **como alguém despreparado, normalmente desprovido de maior embasamento intelectual, violento e, para piorar, corporativista** (grifo nosso).

Muitos fatores parecem conspirar conjuntamente para esse quadro, que forma uma imagem muito negativa do policial-militar. Um deles é o salário aviltado. Ao receber um soldo vergonhoso, pelo menos dois mecanismos são disparados. O primeiro bate fundo no próprio policial-militar, que se sente desprotegido

financeiramente e sem condições de alçar socialmente degraus melhores. O segundo, e definitivamente ligado ao quando da imagem (sic), atinge a própria população. No inconsciente coletivo, e a imagem também se forma nesse aspecto do alguém que ganha tão mal não pode ser tão bom. É uma atitude mental perversa, mas real.

Um outro fator importante para criar e consolidar uma imagem negativa da PM junto à população é o corporativismo. A manutenção de tribunais especiais para julgar policiais militares criminosos termina por se transformar em um novo ponto de complicação. Ninguém, em sã consciência, poderia chegar à conclusão que o PM é julgado entre os seus de forma justa. Até porque, nesse pseudo sã consciência (sic), há desde a origem uma má imagem pré-estabelecida (sic).

É certo que a melhoria da imagem da PMGO é possível, mas é certo que trata-se de uma complexidade difícil de ser trabalhada. O primeiro passo para isso deveria ser salários bem mais altos, em patamares que fossem suficientes para colocar os policiais em degraus medianos da pirâmide social. Sem esse primeiro passo todos os outros ficam comprometidos. Como, por exemplo, preparar melhor intelectualmente o policial-militar se ele nem ao menos consegue oferecer um padrão alimentar razoável à sua própria família? Ora, se ele é quase um miserável, dificilmente se conseguirá dotá-lo de um comportamento melhor e de uma imagem positiva na comunidade.

Trata-se , portanto, de algo complexo, que necessariamente passa por uma ampla discussão com toda a sociedade. Afinal, o que se quer, qual a PM que se quer?

Como se pode observar, não somente a partir deste último depoimento, mas também em todos os outros, a qualidade da prestação de serviços pela Polícia Militar à sociedade é um fenômeno complexo, que apresenta algumas variáveis. Dentre elas destacam-se a questão salarial, a formação profissional e a seleção.

Todavia, até aqui permanece a dúvida se a comunidade tem o mesmo entendimento sobre a sua relação com a Polícia Militar.

2. PESQUISA DE CAMPO

Para que se pudesse ter uma noção mais próxima do que realmente a comunidade pensa e espera da Polícia Militar, o instrumento mais apropriado não poderia ser outro senão uma pesquisa de campo. Por essa razão, apresentamos a seguir os resultados.

A apresentação dos dados será feita através de tabelas e gráficos estatísticos, onde se verificará, fundamentalmente, a frequência simples (f_i) e a frequência percentual (f_p) referentes a cada aspecto apresentado.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO AMOSTRAL

A população amostral da pesquisa de campo é composta por mil pessoas, de ambos os sexos, com grau de escolaridade compreendido entre 1º e 3º graus, pertencentes ou não a corporações policiais militares, com idade de 16 anos em diante. Para uma melhor caracterização, segue-se as frequências de ocorrências dos fatores estabelecidos em valores absolutos (fi) e relativos percentuais (fp).

2.1.1 Identificação do Sexo dos Pesquisados

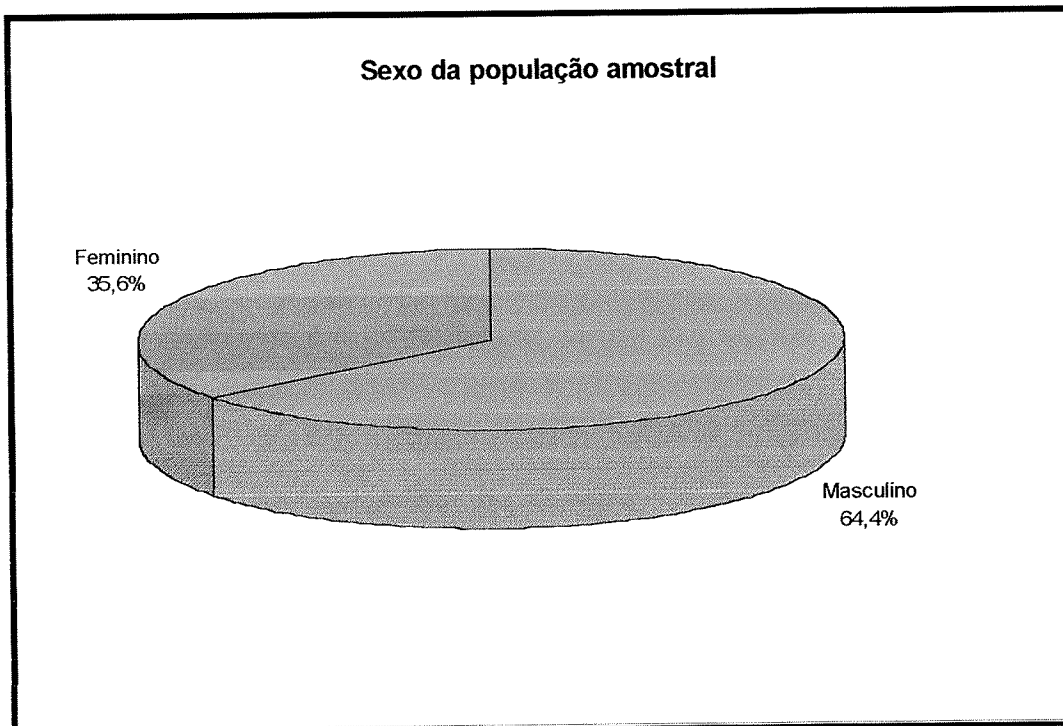
Tabela 1

SEXO DOS PESQUISADOS BRASÍLIA - GOIÂNIA - 1997

| SEXO | fi | fp |
|--------------|------|--------|
| Masculino | 644 | 64,4% |
| Feminino | 356 | 35,6% |
| TOTAL | 1000 | 100,0% |

FONTE: Pesquisa de Campo.

Gráfico 1



2.1.2 Análise do Fator Sexo

Como a aplicação dos questionários aconteceu de forma aleatória, somente após a tabulação de todos os dados é que se pôde verificar a parcela de homens e mulheres que participaram da pesquisa. Verificou-se que há uma predominância

do público masculino na pesquisa, com 64,4% dos pesquisados, contra 36,6% do público feminino.

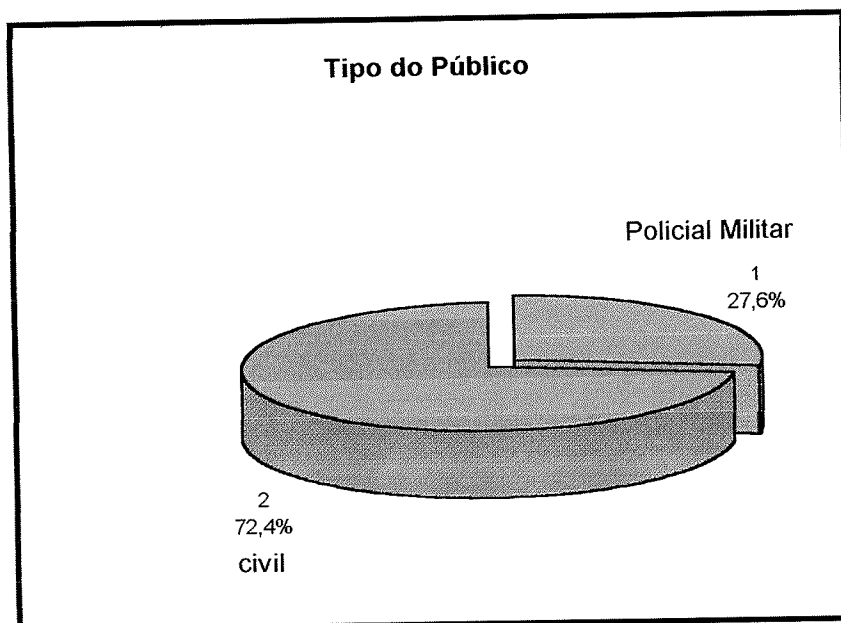
2.1.3 Identificação do Público (Policial Militar e Civil)

Tabela 2
PÚBLICO POLICIAL- MILITAR E CIVIL
BRASÍLIA - GOIÂNIA - 1997

| PÚBLICO | fi | fp |
|------------------|-------------|-------------|
| POLICIAL MILITAR | 276 | 27,6% |
| CIVIL | 724 | 72,4% |
| TOTAL | 1000 | 100% |

FONTE: Pesquisa de campo

Gráfico 2



2.1.4 Análise da Participação da População Civil e Policial-

Militar

Cumprindo com os objetivos traçados no projeto de pesquisa, procurou-se buscar a opinião dos públicos interno e externo da Polícia Militar. Assim, obteve-se na coleta de dados uma participação de 27,6% de policiais-militares e 72,4% de pessoas das mais diferentes áreas do público civil.

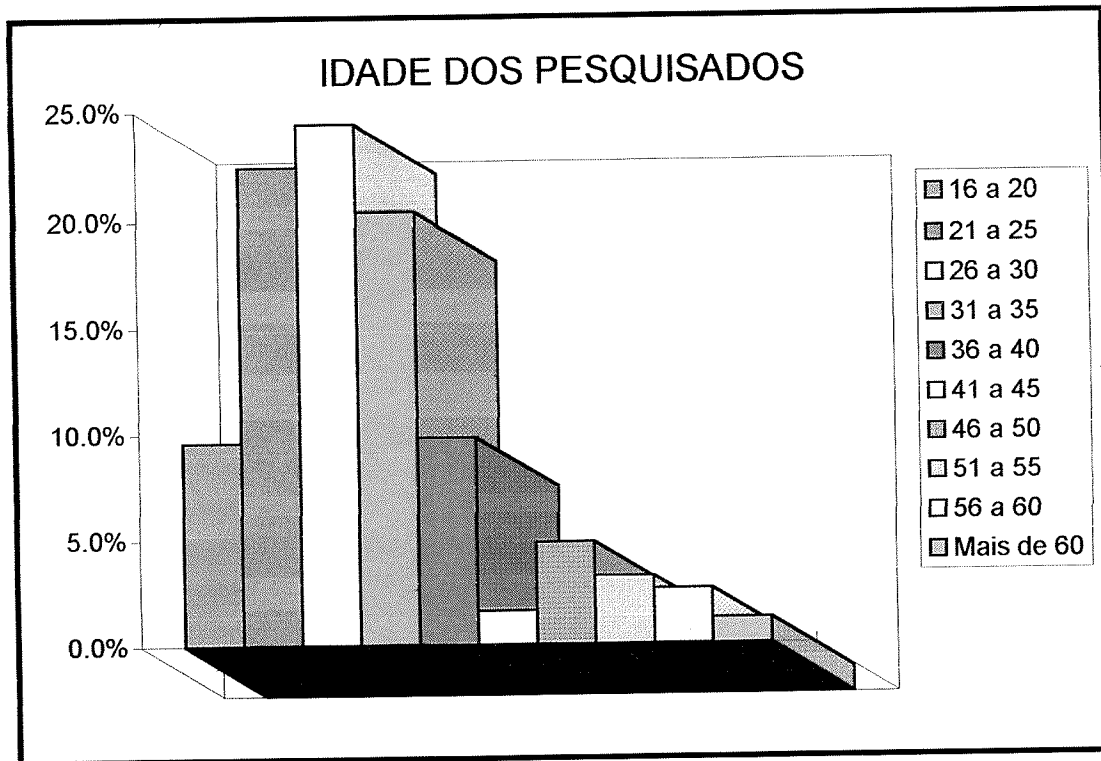
2.1.5 Idade dos Pesquisados

Tabela 3
**FAIXA ETÁRIA DA AMOSTRAGEM
 BRASÍLIA - GOIÂNIA - 1997**

| IDADE (anos) | fi | fp |
|---------------------|-------------|---------------|
| 16 a 20 | 96 | 9,6% |
| 21 a 25 | 224 | 22,4% |
| 26 a 30 | 244 | 24,4% |
| 31 a 35 | 204 | 20,4% |
| 36 a 40 | 98 | 9,8% |
| 41 a 45 | 16 | 1,6% |
| 46 a 50 | 48 | 4,8% |
| 51 a 55 | 32 | 3,2% |
| 56 a 60 | 26 | 2,6% |
| 61 a ... | 12 | 1,2% |
| TOTAL | 1000 | 100,0% |

FONTE: Pesquisa de Campo

Gráfico 3



2.1.6 Análise dos Dados Referentes à Idade

Considerou-se, nesse aspecto, que as pessoas que teriam condições de contribuir com sua opinião para a pesquisa estariam na faixa etária a partir dos 16 anos, posto que é nessa idade que podem começar a votar.

Estabeleceu-se intervalos de cinco anos para que se pudesse distinguir melhor as classes, configurando-se em dez classes.

Verificou-se que 67,2% dos pesquisados estão na faixa de 21 a 35 anos, portanto aí está caracterizada uma parcela significativa da população adulta e ativa da sociedade.

2.1.7 Escolaridade da População Amostral

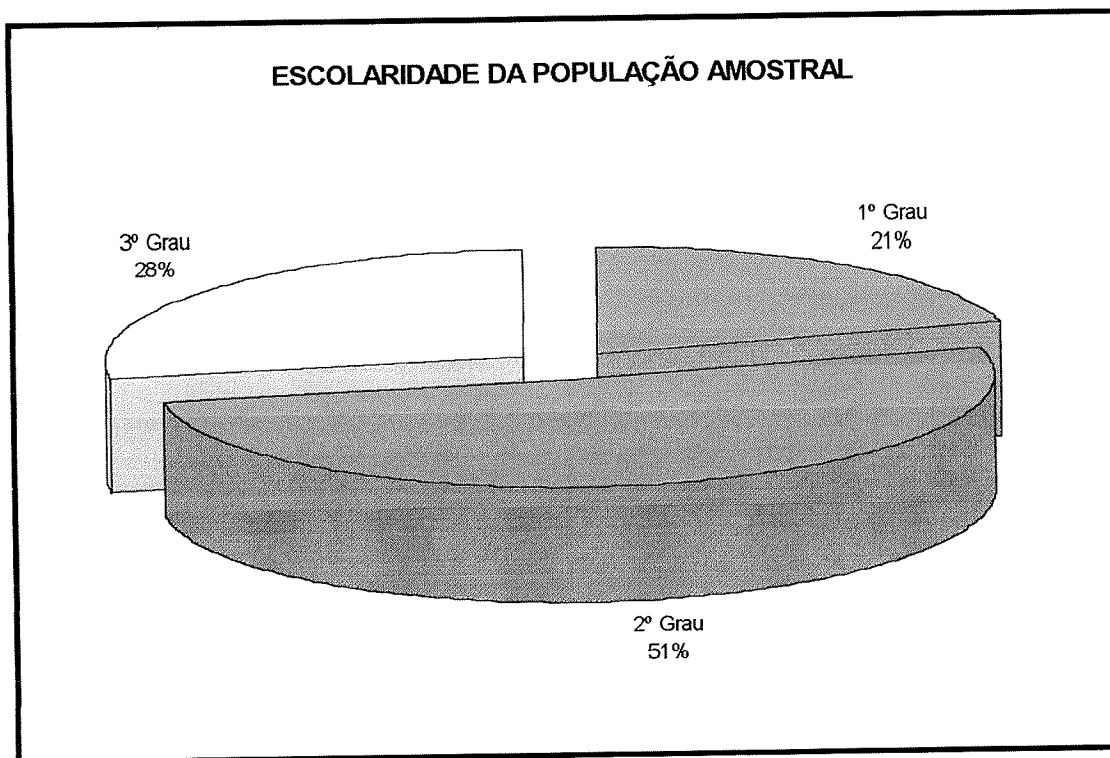
Tabela 4

ESCOLARIDADE DA AMOSTRAGEM BRASÍLIA - GOIÂNIA - 1997

| ESCOLARIDADE | fi | fp |
|--------------|------|--------|
| 1º. Grau | 208 | 20,8% |
| 2º. Grau | 516 | 51,6% |
| 3º. Grau | 276 | 27,6% |
| TOTAL | 1000 | 100,0% |

FONTE: Pesquisa de Campo

Gráfico 4



2.1.8 Análise do Fator Escolaridade na Pesquisa

Com esse dado, buscou-se avaliar o grau de esclarecimento da amostragem. Identificou-se, após o processamento dos resultados, que 20,8% dos pesquisados têm o 1º grau, que 51,6% têm o 2º grau e que 27,6% têm o 3º grau, o

que indica ser uma amostra com acesso a informações e com um nível de discernimento considerável. Portanto trata-se de opiniões relevantes para um processo de "feedback".

Os dados colhidos na pesquisa e comentados até aqui têm como objetivo traçar um perfil predominante da amostra, permitindo obter-se uma caracterização geral. A amostra modal é predominantemente masculina, pertencente ao público civil, com idade entre 21 e 35 anos, e com escolaridade de nível secundário.

2.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Passaremos agora a apresentar e analisar os dados que nos permitem identificar o pensamento e os anseios do cliente mais ilustre da Polícia Militar: o cidadão.

2.2.1 Grau de Satisfação Quanto ao Serviço PM

A pergunta formulada foi: Você está satisfeito com o serviço que a Polícia Militar presta à comunidade? E as respostas foram:

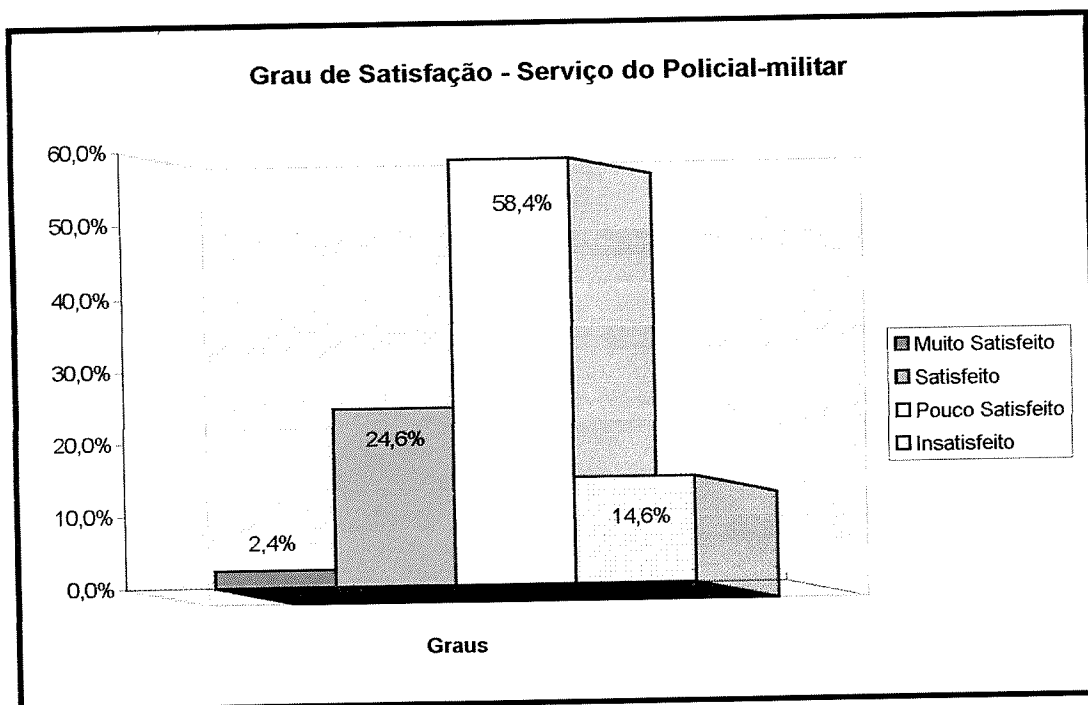
Tabela 5

GRAU DE SATISFAÇÃO QUANTO AO SERVIÇO PM BRASÍLIA - GOIÂNIA - 1997

| GRAU DE SATISFAÇÃO | fi | fp |
|---------------------------|-------------|---------------|
| Muito Satisfeito | 24 | 2,4% |
| Satisfeito | 246 | 24,6% |
| Pouco Satisfeito | 584 | 58,4% |
| Insatisfeito | 146 | 14,6% |
| TOTAL | 1000 | 100,0% |

FONTE: Pesquisa de Campo

Gráfico 5



2.2.2 Análise do Grau de Satisfação

Esta indagação foi feita no intuito de se verificar qual o grau de satisfação da população sobre o serviço prestado pela Polícia Militar. Os graus estabelecidos permitem identificar uma tendência, que no caso é negativa, pois demonstra que a maioria das pessoas, 73% dos pesquisados, está pouco satisfeita ou insatisfeita com os serviços prestados pela Polícia Militar. Esse

dado, por si só, não identifica o problema, mas é um indicativo de que existe algum na relação entre a Polícia Militar e a sua clientela.

A despeito de ser uma tendência negativa, vale ressaltar que não é um posicionamento radical, apesar de 58,4% da amostra estar pouco satisfeita. O dado pode ser interpretado como uma situação reversível, conquanto se procure identificar os fatores que interferem nesse fenômeno e, por conseguinte, se procure solucioná-los, objetivando o aumento da satisfação do público alvo.

2.2.3 Sentimento Sobre a Atuação do PM

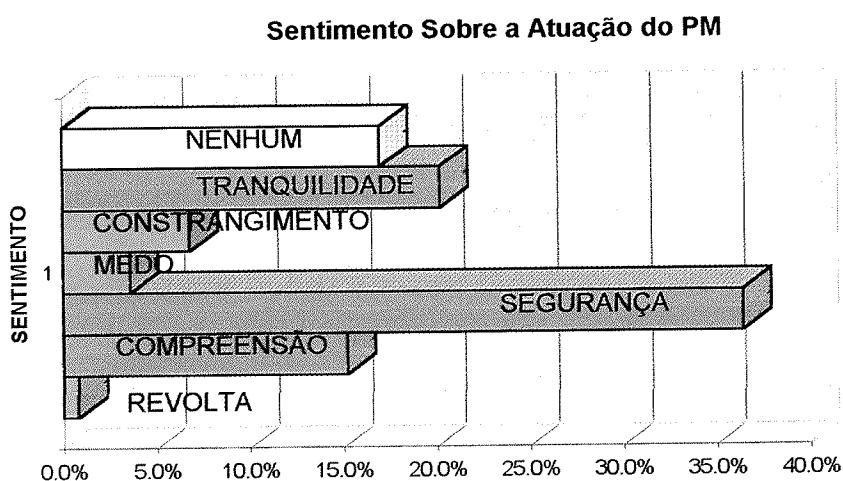
A questão colocada foi: Quando você vê policiais-militares atuando, fiscalizando, qual o sentimento que lhe vem? E as respostas foram:

Tabela 6
SENTIMENTO SOBRE ATUAÇÃO DO PM
BRASÍLIA - GOIÂNIA - 1997

| SENTIMENTO | fi | fp |
|-----------------|-------------|---------------|
| Revolta | 8 | 0,8% |
| Compreensão | 152 | 15,2% |
| Segurança | 364 | 36,4% |
| Medo | 36 | 3,6% |
| Constrangimento | 68 | 6,8% |
| Tranquilidade | 202 | 20,2% |
| Nenhum | 170 | 17,0% |
| TOTAL | 1000 | 100,0% |

FONTE: Pesquisa de Campo

Gráfico 6



2.2.4 Análise do Sentimento do Público com Relação à Presença do PM

Esta pergunta objetivou identificar o sentimento despertado na população acerca da essência da atividade policial. Verificar, em suma, o grau de aceitação da atividade policial-militar.

Obteve-se como resultado que a população vê de forma positiva a atividade exercida pela Polícia Militar, considerando que 71,8% vê ^{em} com compreensão, segurança e tranqüilidade a atuação ou fiscalização da PM. Somente 11,2% vê ^{em} esta atuação com revolta, medo ou constrangimento, e que 17% são indiferentes, o que indica uma neutralidade. Daí identificar-se uma tendência favorável à atividade policial-militar. Portanto não existe aversão ao trabalho desenvolvido pela Polícia Militar.

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

2.2.5 Formação do PM para Exercer Função Social

A pergunta formulada foi: Com relação ao policial-militar estar preparado para exercer sua função na sociedade, você o considera:

Tabela 7

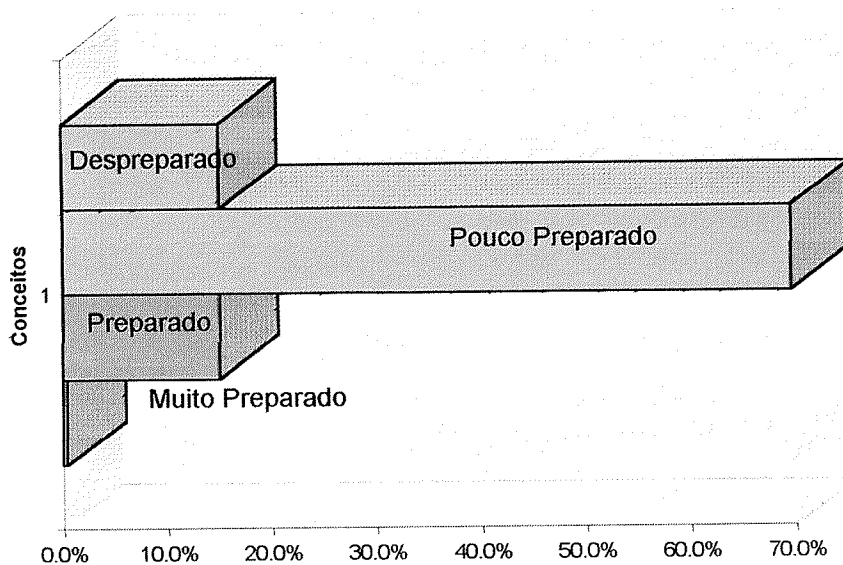
FORMAÇÃO DO PM PARA EXERCER FUNÇÃO SOCIAL BRASÍLIA - GOIÂNIA - 1997

| FORMAÇÃO DO PM | fi | fp |
|-----------------|-------------|---------------|
| Muito Preparado | 4 | 0,4% |
| Preparado | 150 | 15,0% |
| Pouco Preparado | 696 | 69,6% |
| Despreparado | 150 | 15,0% |
| TOTAL | 1000 | 100,0% |

FONTE: Pesquisa de Campo

Gráfico 7

Formação do PM - Segundo a População



2.2.6 Análise do Fator Formação para o Exercício da Função

Social

O presente questionamento objetivou identificar a visão que a sociedade tem do policial-militar, como indivíduo, ou seja, como um agente social, no seu aspecto profissional. Enfoca-se, sobretudo, se o processo de formação a que foi submetido, lhe proporcionou o preparo necessário para desempenhar seu papel social.

Os dados colhidos indicam uma tendência negativa nesse aspecto sob a ótica da população, pois 84,6% dos pesquisados consideram o policial-militar pouco preparado ou despreparado para exercer sua função social, enquanto ~~que~~ apenas 15,4% o considera ^m muito preparado ou preparado.

O quadro, no entanto, indica uma possibilidade de correção da preparação, uma vez que 69,6% dos questionados entende^m que o policial-militar está pouco preparado, o que demonstra uma tendência negativa, porém não extrema.

O dado obtido permite, ainda, inferir que um dos problemas que hoje leva o cliente da Polícia Militar a estar pouco

satisfeito com os serviços prestados está intimamente ligado com a questão da formação e o conseqüente preparo do policial-militar como agente social.

2.2.7 Fatores de Influência na Melhoria do Serviço da PM

Foi solicitado ao pesquisado que apontasse, dentre alguns fatores, aquele que ele considera que mais contribuiria para melhorar a forma de atuação do policial-militar e o serviço que ele presta à comunidade, e as respostas foram:

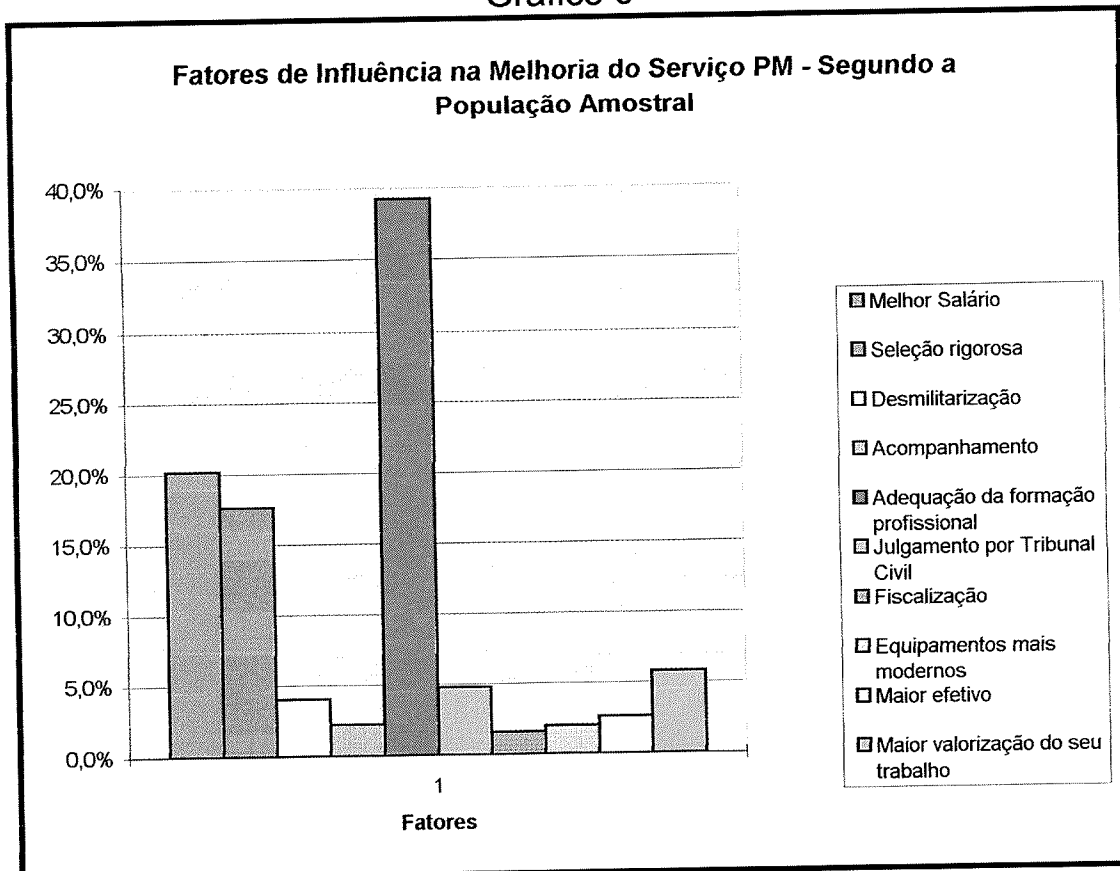
Tabela 8

FATORES DE INFLUÊNCIA NA MELHORIA DO SERVIÇO PM BRASÍLIA - GOIÂNIA - 1997

| FATOR | fi | fp |
|------------------------------------|-------------|---------------|
| Melhor Salário | 202 | 20,2% |
| Seleção Rigorosa | 176 | 17,6% |
| Desmilitarização | 40 | 4,0% |
| Acompanhamento | 22 | 2,2% |
| Adequação da formação profissional | 392 | 39,2% |
| Julgamento por Tribunal Civil | 48 | 4,8% |
| Fiscalização | 16 | 1,6% |
| Equipamentos mais modernos | 20 | 2,0% |
| Maior efetivo | 26 | 2,6% |
| Maior valorização do seu trabalho | 58 | 5,8% |
| TOTAL | 1000 | 100,0% |

FONTE: Pesquisa de Campo

Gráfico 8



2.2.8 Análise dos Fatores de Influência na Melhoria do Serviço da Polícia Militar

Os três fatores mais evidenciados foram: adequação da formação profissional com 39,2%, melhor salário com 20,2% e seleção rigorosa com 17,6%. Tais indicadores demonstram que o público alvo entende que, para se alcançar maior eficiência, há

que se buscar a qualidade do profissional. E o fator de maior importância apontado na consecução da qualidade profissional, segundo a pesquisa, é a adequada formação profissional.

2.2.9 Fatores de Contribuição para Violência de PM

Foi solicitado ao questionado que, dentre alguns aspectos elencados, ele indicasse aquele que considera que mais contribui para a prática de violência policial cometida por policiais-militares. E as respostas foram:

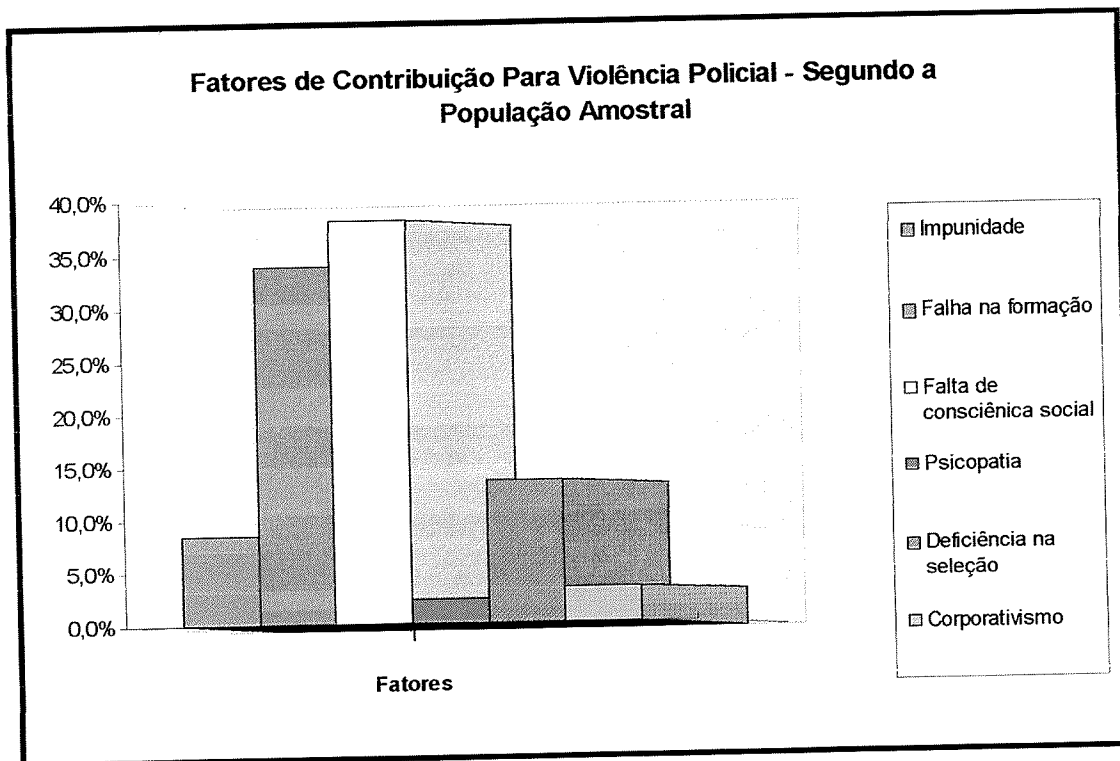
Tabela 9

FATORES DE CONTRIBUIÇÃO PARA VIOLÊNCIA DE PM BRASÍLIA - GOIÂNIA - 1997

| FATOR | fi | fp |
|--|-------------|---------------|
| Impunidade | 86 | 8,6% |
| Falha na formação profissional | 340 | 34,0% |
| Falta de consciência do seu papel social | 380 | 38,0% |
| Psicopatia perversa | 24 | 2,4% |
| Deficiência no processo de seleção | 136 | 13,6% |
| Corporativismo | 34 | 3,4% |
| TOTAL | 1000 | 100,0% |

FONTE: Pesquisa de Campo

Gráfico 9



2.2.10 Análise dos Fatores que Contribuem para a Violência

Cometida por Policiais-Militares

Tendo em vista os vários episódios ocorridos, envolvendo policiais-militares de muitas corporações em prática de violência contra a população, fez-se necessário que se incluísse esta questão, sobretudo para que se pudesse ter uma opinião de

quem sofre com o problema. Busca-se identificar os fatores que podem estar contribuindo para os maus-tratos cometidos por policiais-militares. Com isso, quer-se identificar a causa de um problema que, certamente, há que ser solucionado, sob pena de desgastar cada vez mais a instituição policial-militar.

Os três fatores considerados mais relevantes foram: falta de consciência do papel social do PM com 38,0%; falha na formação profissional com 34,0% e deficiência no processo de seleção com 13,6%. Na realidade, entende-se que estes três fatores estão de alguma forma relacionados, na medida que um interfere no outro. Falta de consciência social é um problema cultural que envolve a formação do indivíduo nos mais diversos setores de sua vida (formação familiar, religiosa, da personalidade, escolar etc), mas que também inclui a formação profissional. Seria um erro, entretanto, considerar a formação profissional como fator único de formação de consciência social. De outro lado, o processo seletivo tem grande influência na formação profissional, na medida que seleciona para a instituição pessoas com um melhor potencial de consciência social, o que, por conseguinte, influenciará na sua formação profissional.

2.3 CONCLUSÃO DA PESQUISA DE CAMPO

Fazendo-se uma síntese da pesquisa realizada pode-se chegar às seguintes afirmações:

De um modo geral, a população não está satisfeita com a qualidade do serviço prestado pela PM.

Que, embora pouco satisfeita com o serviço recebido, a atividade de policiamento é bem aceita e necessária, pois o sentimento despertado é geralmente de segurança e tranquilidade.

Que a pouca satisfação com o serviço está relacionada com a qualidade, e esta relaciona-se com a questão da formação profissional e a falta de consciência social, predominantemente.

Que, para se alterar este estado de coisas, há que se interferir principalmente em três fatores: adequação da formação profissional, melhoria das condições salariais e buscar uma seleção mais rigorosa.

Com esta pesquisa de opinião pôde-se verificar as seguintes hipóteses formuladas no projeto de pesquisa:

1ª. - A atuação do policial-militar não está de acordo com o que a sociedade espera de sua participação no contexto social.

2ª. - A formação básica do policial-militar é apontada como um dos problemas de seu entrosamento com o meio social.

3. O ENSINO E A FORMAÇÃO DO POLICIAL-MILITAR - REVISÃO DA LITERATURA

O ensino e a formação do policial-militar nos mais diversos níveis, o perfil social do policial, dentre outros assuntos, são temas que têm povoado a produção de trabalhos técnico-profissionais dos centros de estudos de várias corporações.

Neste sentido, verificou-se existir alguns trabalhos sobre o tema, só que cada qual com a sua delimitação específica, e elaborado a partir de contexto e visões diferentes .

Em um trabalho elaborado em 1988, pelo Cap PMDF Ruy Sampaio Silva, foi abordada a formação do sargento policial-militar, a seleção, a carga horária e o rol de matérias curriculares. O autor fundamenta o seu trabalho no objetivo de que o ensino deve buscar quatro tipos de ações básicas:

Destarte serão partes integrantes do ensino , os quatro tipos de ações básicas, a saber:

- a) O policiamento preventivo, visando a antecipação da atuação policial-militar ao fato delituoso;
- b) As ações de defesa pública, empregadas no controle de distúrbios e outras manifestações de perturbação da ordem;
- c) As ações de defesa interna, para os casos de repressão às ações subversivas;
- d) As ações de defesa territorial, quando convocadas as Forças auxiliares, em caso de iminente perigo e em tempo de guerra.⁷

De fato, essas ações básicas estão previstas nas Diretrizes Gerais de Ensino e Instrução da IGPM, cuja última edição ocorreu para o biênio 86/87, o que demonstra haver, naquela época, uma coordenação efetiva pela inspetoria e uma atenção maior voltada para os interesses do Exército na formação do policial-militar.

Observa-se, somente pela análise das ações básicas, que em nenhum momento havia a preocupação em formar um agente para atuação junto à sociedade. A finalidade era formar um agente de segurança voltado para atender aos interesses do Estado, bem como, mais especificamente, formar o contingente

reserva do Exército. Em 1988 os tempos eram outros, a nova ordem constitucional estava se implantando e as instituições policiais-militares ainda estavam muito vinculadas às Forças Armadas, não havendo, por essa razão, a consciência do papel social que se tem hoje.

Mesmo sob a égide dos princípios acima especificados, o autor estudou a estrutura de um curso de formação de sargentos e concluiu pela reformulação do currículo, sem contudo chegar a aprofundar nas questões relacionadas com a formação social do policial.

Em um outro trabalho realizado pelo Cap PMMT Ubaldo Souza Figueiredo ⁸, desta feita em 1996, ele referiu-se “à necessidade de se repensar a atuação da polícia (...) para que se reverta a imagem atual da mesma perante a sociedade.” E conclui, na página 75 do seu trabalho, o que se segue:

(...) Os dados obtidos pela pesquisa nos mostram a necessidade:

- De se repensar na reestrutura e funcionamento do Curso de Formação de Soldados PM-CFSd;

⁷ SILVA, Ruy Sampaio, Cap PM. **A formação do Sargento policial-militar, sua seleção, sua carga horária e o rol de matérias curriculares.** Brasília: APMB/CAO, 1988, 118p., p.10. monografia, Mimeo.

⁸ FIGUEIREDO, Ubaldo Souza, Cap PM. **O perfil social do policial-militar do Estado de Goiás.** Goiânia: APM/CAO, 1996, 77 p., p.14.

- Dotar o policial de condições técnicas e psicológicas para o bom desempenho de suas atividades;
- Reconhecer no policial um ser social que traz o seu legado cultural que pode ser também sujeito participante em sua corporação ou em sua comunidade;
- Criar uma política salarial e de recursos humanos condizentes com a realidade;
- Desenvolvendo (sic) campanhas de conscientização do papel do policial dentro e fora da corporação.

Ora, observa-se uma mudança significativa no enfoque do papel das instituições policiais-militares, que pode ser verificada em outros trabalhos e publicações.

A partir da comparação do referencial dos dois trabalhos citados acima, fica evidente a mudança de posicionamento da instituição policial-militar. Anteriormente a filosofia era voltada para o Estado, buscava-se ações voltadas para o policiamento preventivo, controle de distúrbios, defesa interna e defesa territorial, sem contudo considerar o destinatário de qualquer uma dessas ações, o cidadão. Na visão mais hodierna o foco passou a ser o cidadão, não mais subsistindo pensamentos como os citados e, em conseqüência, se faz necessária uma formação mais voltada para o social.

Em trabalho realizado na Polícia Militar do Estado de Goiás, pela comissão composta pelo Sr. Cel PM Eurípedes

Barsanulfo Lima, Presidente; 2º. Ten PM - Psicóloga - Tereza Cristina Resende de Carvalho, membro; 2º. Ten PM - Psicóloga - Miriam Teresinha Bueno Nogueira, Membro, e pelo Cap PM André Luis Gomes Schroder, Secretário, foi desenvolvido o tema “ O Soldado PM: Avaliação de sua formação em função da atividade profissional.” Neste estudo, os autores enfocaram uma série de idéias bastante inovadoras e pertinentes, que resumidamente serão citadas abaixo.

Concluíram, inicialmente, que os processos de seleção e de formação podem e devem ser aprimorados.

Observaram que há falta de cursos de atualização, aperfeiçoamento e especialização, em nível de praças, o que provoca uma estagnação profissional.

Identificaram que a formação do soldado PM é bastante genérica, necessitando de uma complementação específica. A atividade mais carente de treinamento é o manejo com arma de fogo; e que, principalmente, necessitam de treinamentos práticos que definam a forma minuciosa e o comportamento técnico que o PM deve adotar.

Verificaram que os policiais-militares não têm uma noção exata de suas missões.

Observaram que existe muita diversidade na formação do soldado PM. E que em algumas escolas houve maior empenho que em outras, no tocante ao processo ensino-aprendizagem.

Constataram que há necessidade de se unificar o ambiente escolar, mesmo que descentralizado.

Identificaram como motivos de insatisfação, em uma pesquisa realizada junto ao público interno, os seguintes fatores: baixo salário, tratamento dispensado pelo superior hierárquico e falta de condições materiais para o exercício da função.

Concluíram que a oficialidade que comanda as atividades operacionais, na ponta da linha, são bastante jovens e necessitam de orientação e supervisão constantes.

Observaram que existe uma cultura interna na corporação de que os PM devem estar aptos a realizarem qualquer tipo de missão.

Constataram que não existe por parte dos policiais-militares, preocupação com a qualidade do trabalho.

Observaram que a pesquisa de campo que realizaram forneceu elementos para concluir que o próprio PM tem dificuldades para definir o relacionamento PM X Comunidade.

Concluíram que existe a necessidade de se repensar a disciplina de relações públicas, pois os soldados demonstram que sabem como tratar o criminoso, mas não sabem, muitas vezes, como lidar com os cidadãos que não são bandidos, ou aqueles que praticam uma simples infração.

Finalizaram concluindo que o currículo do CFSd é de boa qualidade, necessitando de pequenas revisões, basicamente no que tange ao Estágio Operacional e Treinamentos Específicos. Todavia, o mesmo não se pode afirmar quanto à execução deste currículo, que necessita de aprimoramento e de um corpo docente melhor preparado.

Verifica-se , pois, que este último trabalho referenciado está diretamente relacionado com o tema discutido neste estudo.

Portanto, nos trabalhos pesquisados, observou-se fundamentos pertinentes ao estudo proposto nesta pesquisa. Do trabalho do Cap Ruy Sampaio da PMDF observou-se a proposta de revisão curricular. Do trabalho do Cap Ubaldo da PMMT veio a confirmação de repensar a formação básica do PM em consonância com sua função social. Finalmente, no que se refere ao estudo realizado pela comissão da PMGO, fica a afinidade de propósitos, só que no foco desta pesquisa volta-se para a

verificação de operacionalizar alguns princípios, como será demonstrado a seguir.

4. ANÁLISE CURRICULAR DAS POLÍCIAS MILITARES DOS ESTADOS DE GOIÁS, MINAS GERAIS, PERNAMBUCO, SÃO PAULO E DISTRITO FEDERAL

A análise curricular enfocará a questão da formação do policial-militar voltada para sua atuação no contexto social, devido ao fato de ter sido esse o aspecto considerado mais deficiente observado como resultado da pesquisa de campo , como também identificado nos vários depoimentos colhidos.

4.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS OBJETIVOS

Através dos objetivos estabelecidos por cada corporação, no que se refere à formação do seu pessoal, já se pode ter uma idéia geral se há ou não uma preocupação de

preparar o policial-militar para atuar junto ao público. A seguir, serão apresentados objetivos, colhidos a partir de documentos da área de ensino das corporações em estudo, a fim de que, ao final da apresentação, se possa fazer uma análise comparativa.

4.1.1 Polícia Militar do Estado de São Paulo

Nas Normas para o Planejamento e Conduta do Ensino para o ano de 1997 (NPCE/97) da PMSP, nas considerações gerais sobre o ensino, estabelece que:

o ensino policial-militar é a atividade desenvolvida pela corporação, com a finalidade de proporcionar ao seu pessoal a necessária habilitação técnico-profissional, criando mentalidade de respeito às leis, à dedicação, ao cumprimento do dever, o senso de responsabilidade e o interesse pela comunidade. (...) no que concerne a parte policial-militar, ênfase especial deve ser dada aos assuntos diretamente relacionados com a Polícia Ostensiva e a preservação da ordem pública.”⁹

⁹ SÃO PAULO - Normas para o planejamento e conduta do ensino (NPCE-97) São Paulo: Polícia Militar, 1996.

Ao final, no documento há uma diretriz de que o ensino deve buscar não somente a fixação de conhecimentos, mas também, a educação do policial-militar, a criação de hábitos dos quais se destacam: “lisura e urbanidade”.¹⁰

4.1.2 Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

Na PMMG, no Plano de Matérias (PLAMA) do Curso de Formação de Soldado (CFSd), está normatizado nos objetivos gerais do curso o seguinte:

- a. Propiciar ao aluno conhecimentos indispensáveis sobre a corporação, sua finalidade, doutrina e sobre os direitos e deveres dos PM;
- b. Dotar o aluno de conhecimentos humanísticos e técnico-profissionais necessários ao desempenho de suas futuras funções como soldado PM;
- c. Desenvolver no aluno:
 - 1) o raciocínio, a expressão oral e escrita, a disciplina, a forma física e a capacidade de relacionamento com indivíduos de grupos sociais;

¹⁰ Idem à Nota 9

- 2) a mentalidade de respeito às leis, o cumprimento do dever, o senso de responsabilidade e o interesse pela comunidade;
- 3) o espírito público, objetivando torná-lo um indivíduo sempre disponível à nobre missão de preservação da ordem pública.¹¹

4.1.3 Polícia Militar do Distrito Federal

Consta na NPCE/97 da PMDF o que se segue:

Objetivos gerais:

- 1) Educar o indivíduo criando e desenvolvendo hábitos imprescindíveis ao bom desempenho das funções PM;
- 2) Estimular o espírito de corpo, o amor a carreira e a profissionalização dos integrantes da corporação, transmitindo-lhes conhecimentos técnicos peculiares à atividade PM;
- 3) Moldar e aprimorar o caráter e o físico do profissional, capacitando-o a tê-los como instrumentos para o exercício de suas funções;
- 4) Familiarizar os componentes da corporação com os princípios de liderança e chefia;

¹¹ MINAS GERAIS - **Plano de matérias do curso de formação de soldados (PLAMA):1997**. Belo Horizonte: Polícia Militar, 1997. Mimeo.

- 5) Fortalecer as convicções democráticas e a crença na lei, na justiça e na ordem, e ;
- 6) Incentivar os policiais-militares a desenvolverem qualidades e aptidões indispensáveis às atividades PM, tais como: controle emocional, bom senso, urbanidade e capacidade de decisão.¹²

4.1.4 Polícia Militar do Estado de Pernambuco

Na NPCE/97 da PMPE consta nos itens dedicados aos fins e objetivos do ensino na PM o seguinte:

O ensino terá seus objetivos fixados nos campos cognitivo, afetivo e psicomotor, assim enunciados prioritariamente:

- 1) Educar o policial-militar, criando e desenvolvendo atos imprescindíveis ao bom desempenho de suas funções.
- 2) Estimular o espírito de corpo, amor a carreira e a profissionalização dos integrantes da corporação, bem como sua consciência de ser cidadão antes de tudo para poder agir com cidadania como fiel defensor, com

¹² DISTRITO FEDERAL - Normas para o planejamento e conduta do ensino (NPCE) 1997. Brasília: Polícia Militar, 1997. Mimeo.

convicção democrática e crença na lei, na justiça e na ordem.

3) Moldar e aprimorar o caráter e o físico do profissional, capacitando-o a tê-los como instrumentos para o exercício de suas funções.¹³

Consta ainda como objetivos do Programa Padrão Básico (PPB) do CFSd o que se segue:

Objetivo geral: Dotar o instruendo de conhecimentos e habilidades necessárias às atividades profissionais de soldado PM.

Objetivos intermediários:

- a. Ambientar o instruendo à vida policial-militar;
- b. Iniciar a formação do caráter policial-militar;
- c. Iniciar a criação de hábitos adequados à vida policial-militar;
- d. Iniciar o desenvolvimento da capacidade física;
- e. Obter padrões de procedimentos peculiares ao PM;
- f. Condicionar reflexos na execução de técnicas individuais;
- g. Desenvolver habilidades técnicas peculiares;
- h. Obter reflexos na execução de táticas individuais aplicáveis às ocorrências PM.

¹³ PERNAMBUCO - Normas para o planejamento e conduta do ensino (NPCE)
97.Pernambuco: Polícia Militar, 1996.

4.1.5 Polícia Militar do Estado de Goiás

A PMGO apresenta nos objetivos gerais da NPCE/97 e no currículo do CFSd o que deseja alcançar com o curso:

Habilitar o soldado de 2ª. classe (aluno soldado PM) ao exercício das funções pertinentes à graduação de soldado de 1ª. classe, capacitando-o a:

- Comportar-se conforme os preceitos legais e regulamentares vigentes;
- Relacionar-se harmoniosamente com o público interno e a sociedade em geral;
- Aplicar as técnicas policiais militares na atividade operacional;
- Executar nas diversas circunstâncias os diferentes tipos e modalidades de policiamento ostensivo, aplicando o processo adequado.¹⁴

4.1.6 Análise e Interpretação dos Objetivos Apresentados

A partir dos dados apresentados, verifica-se que não há uma uniformidade no que tange aos objetivos traçados pelas corporações estudadas.

¹⁴ GOIÁS - Normas para o planejamento e conduta do ensino (NPCE - 97) Goiânia: Polícia Militar, 1996.

A PMSP objetiva formar um soldado interessado pela comunidade, além do aspecto de formação técnico-profissional, e ainda, criar qualidades e aptidões, das quais destacam-se: controle emocional, capacidade de decisão, lisura e urbanidade.

A PMMG demonstra que visa dotar, o profissional lá formado, de conhecimentos humanísticos e técnico-profissionais, buscando dentre outras coisas desenvolver no formando o espírito público, o interesse pela comunidade, e objetivando torná-lo um indivíduo sempre disponível ao cumprimento de sua missão.

A PMDF pretende formar um policial-militar que atenda às necessidades da corporação no que se refere ao bom desempenho de sua função, à profissionalização, inculcando no formando o espírito de corpo, através do bom relacionamento interpessoal. Pretende ainda o aprimoramento do seu caráter, do seu físico e do preparo técnico-profissional, o incentivo aos policiais-militares para que adquiram qualidades e aptidões como: bom senso, urbanidade e capacidade de decisão, entre outras.

A PMPE apresenta uma característica muito diferente da apresentada pelas demais. Os objetivos traçados estão muito voltados para a própria corporação, preocupando-se demasiadamente em compor o caráter policial-militar,

desenvolvendo no formando fatores adquiridos que se apresentam como atitudes de aceitação dos valores julgados importantes para a Polícia Militar. E lista atributos que os instruendos devem apresentar ao final do processo ensino-aprendizagem, tais como: camaradagem, resistência a vícios, dedicação, lealdade, perseverança, espírito de corpo, cooperação, meticulosidade, responsabilidade, coragem, iniciativa e zelo. Porém, não evidencia que esses atributos devem estar voltados para a sociedade.

Na PMGO desde logo se observa, através dos objetivos traçados, que há uma preocupação com a adequação social na formação do soldado, tanto no plano interno como no externo, na medida que torna claro que o formando deve saber executar os diversos tipos e modalidades de policiamento na perspectiva de atender os anseios da comunidade.

Ao se comparar os objetivos das corporações em estudo, chega-se à conclusão que é necessário que haja uma ênfase no que se refere à formação voltada para a comunidade. As corporações de Minas Gerais, Goiás e São Paulo já manifestam preocupação maior neste sentido, enquanto que o Distrito Federal e Pernambuco apresentam uma menor ênfase. Não se quer dizer com isso que os atributos da área técnico-profissional não sejam

importantes, mas não se pode deixar de reconhecer que a assimilação das técnicas são instrumentos que serão utilizados para atender às necessidades do público a quem se deve servir. Portanto, os objetivos traçados visando a integração social devem ocupar um lugar de destaque na formação do policial-militar.

Resta, então, se verificar como esses objetivos se refletem no planejamento curricular de cada corporação.

4.2 APRESENTAÇÃO DA GRADE CURRICULAR

Tabela 10

GRADE CURRICULAR COMPARATIVA DE DISCIPLINAS E CARGAS HORÁRIAS -1997

| Corporações | | PMGO | | PMDF | | PMSP | | PMPE | | PMMG | |
|----------------------|------------------------------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Nº | DISCIPLINA | fi | % | fi | % | fi | % | fi | % | fi | % |
| 1 | Ed. Mor. Cív. E Ética Prof. | 40 | 3,67 | 10 | 1,16 | 45 | 5,04 | - | - | 15 | 1,07 |
| 2 | Comunicação e Expressão | 90 | 8,26 | 40 | 4,63 | 30 | 3,36 | 30 | 2,54 | 75 | 5,36 |
| 3 | Dinâmica de Grupo | 25 | 2,29 | - | - | - | - | 10 | 0,85 | 45 | 3,21 |
| 4 | Relações Pub. e Humanas | 40 | 3,67 | 20 | 2,31 | - | - | 50 | 4,23 | 30 | 2,14 |
| 5 | Higiene e Soc. Urgentes | 30 | 2,75 | 20 | 2,31 | 31 | 3,48 | 30 | 2,54 | 15 | 1,07 |
| 6 | Legislação e Regulamentos | 90 | 8,26 | 70 | 8,1 | 39 | 4,37 | - | - | 48 | 3,43 |
| 7 | Correspondência Militar | 20 | 1,83 | - | - | - | - | 20 | 1,69 | 30 | 2,14 |
| 8 | Comunicação PM | 20 | 1,83 | 15 | 1,74 | - | - | 30 | 2,54 | 30 | 2,14 |
| 9 | Ordem Unida | 60 | 5,5 | 40 | 4,63 | 30 | 3,36 | 80 | 6,77 | 60 | 4,29 |
| 10 | Ed. Física Mil. e Desportos | 75 | 6,88 | 50 | 5,79 | 54 | 6,05 | 180 | 15,2 | 105 | 7,5 |
| 11 | Armamento e equipamento | 30 | 2,75 | 30 | 3,47 | - | - | 30 | 2,54 | 45 | 3,21 |
| 12 | Tiro Policial | 30 | 2,75 | 28 | 3,24 | 44 | 4,93 | 60 | 5,08 | 70 | 5,00 |
| 13 | Inteligência e Contra-Intel. | 20 | 1,83 | 15 | 1,74 | - | - | 20 | 1,69 | 15 | 1,07 |
| 14 | Policiamento Geral | 60 | 5,5 | 75 | 8,68 | 53 | 5,94 | 170 | 14,4 | 225 | 16,1 |
| 15 | Policiamento de Trânsito | 60 | 5,5 | 60 | 6,94 | - | - | - | - | - | - |
| 16 | Noções de Direito | 75 | 6,88 | - | - | 99 | 11,1 | - | - | 90 | 6,43 |
| 17 | Dir. Crianc. Adolesc. Cidad. | 35 | 3,21 | - | - | - | - | - | - | 15 | 1,07 |
| 18 | Distúrb. Cívics/ Maneabilid. | 50 | 4,59 | - | - | - | - | 40 | 3,38 | - | - |
| 19 | Defesa Pessoal | 60 | 5,5 | 40 | 4,63 | - | - | 40 | 3,38 | 60 | 4,29 |
| 20 | Estágio Operacional | 70 | 6,42 | 110 | 12,7 | 94 | 10,5 | 80 | 6,77 | 150 | 10,7 |
| 21 | Policiamento específico | 40 | 3,67 | 45 | 5,21 | 366 | 41 | - | - | 60 | 4,29 |
| 22 | Palestras | 10 | 0,92 | - | - | - | - | 10 | 0,85 | 20 | 1,43 |
| 23 | Tempo à disposição SE | 30 | 2,75 | 28 | 3,24 | - | - | 20 | 1,69 | 45 | 3,21 |
| 24 | Corografia do DF | - | - | 15 | 1,74 | - | - | - | - | - | - |
| 25 | Direito Administrativo | - | - | 10 | 1,16 | - | - | - | - | - | - |
| 26 | Direito Penal | - | - | 40 | 4,63 | - | - | - | - | - | - |
| 27 | Criminalística | - | - | 10 | 1,16 | - | - | - | - | 30 | 2,14 |
| 28 | Extinção de incêndios | - | - | 10 | 1,16 | - | - | 20 | 1,69 | 30 | 2,14 |
| 29 | Tóxico e entorpecentes | - | - | 15 | 1,74 | - | - | - | - | - | - |
| 30 | Dir. Proc. e Penal Militar | - | - | 20 | 2,31 | - | - | 60 | 5,08 | - | - |
| 31 | Acompanham. Psicológ. | - | - | 28 | 3,24 | - | - | 20 | 1,69 | - | - |
| 32 | História da PM | - | - | - | - | - | - | 32 | 2,71 | 10 | 0,71 |
| 33 | Instrução Geral | - | - | - | - | - | - | 70 | 5,92 | - | - |
| 34 | Comunicação Social | - | - | - | - | - | - | - | - | 15 | 1,07 |
| 35 | Direitos Humanos | - | - | - | - | - | - | - | - | 30 | 2,14 |
| 36 | Sociologia | - | - | - | - | - | - | - | - | 30 | 2,14 |
| 37 | Oper. de Pol. Ostensivo | - | - | - | - | - | - | 80 | 6,77 | - | - |
| 38 | Etiqueta | - | - | - | - | - | - | - | - | 15 | 1,07 |
| TOTAL DE DISCIPLINAS | | 23 | - | 25 | - | 11 | - | 23 | - | 28 | - |
| TOTAL DE CARGA HOR. | | 1090 | 100 | 864 | 100 | 892 | 100 | 1182 | 100 | 1400 | 100 |

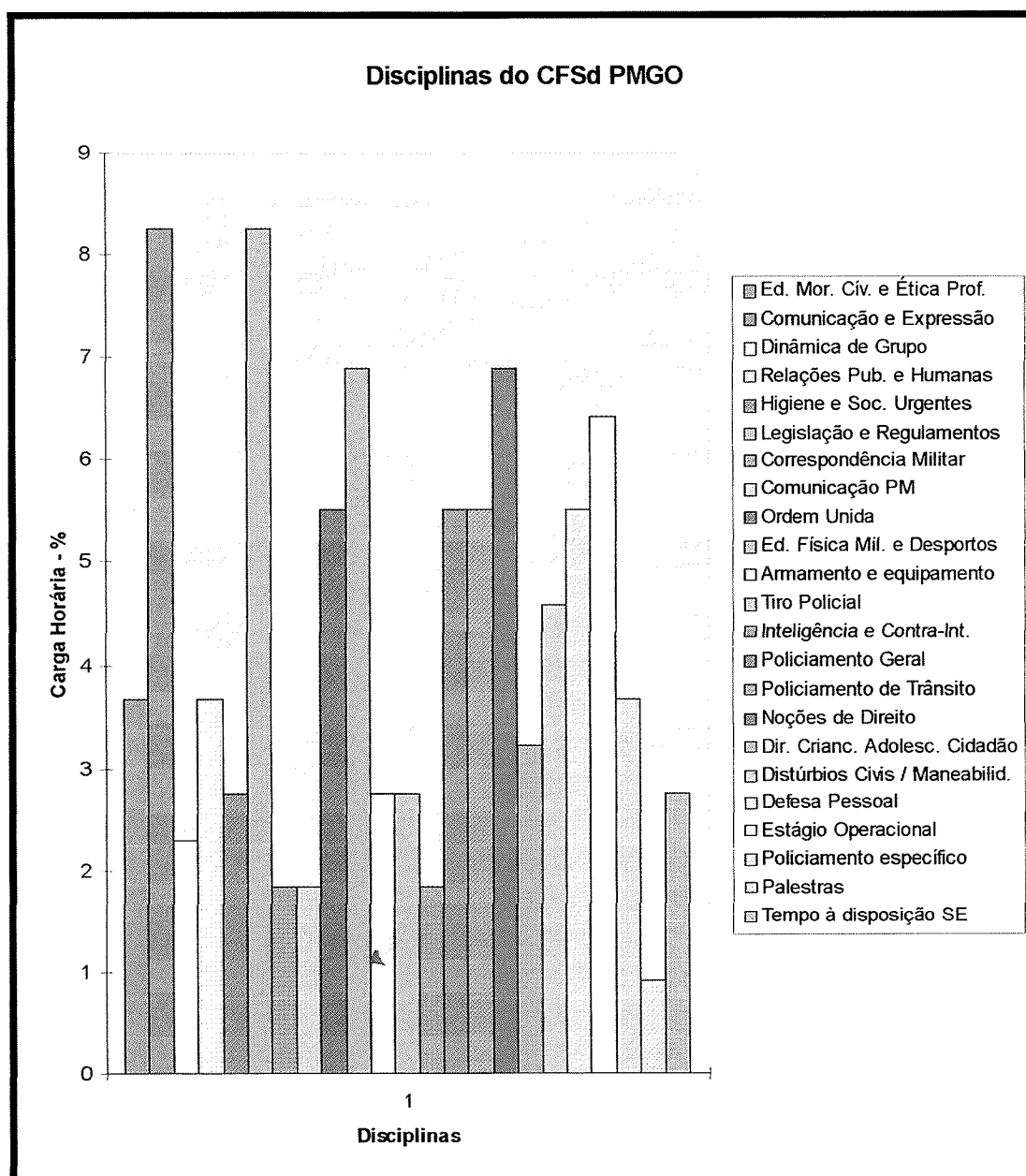
Fonte: NPCE e PLAMA das: PMGO, PMDF, PMSP, PMPE, PMMG

fi = frequência simples de ocorrência de carga horária,

% = taxa percentual em relação a carga horária total.

4.2.1 Análise e Interpretação do Currículo da PMGO

Gráfico 10

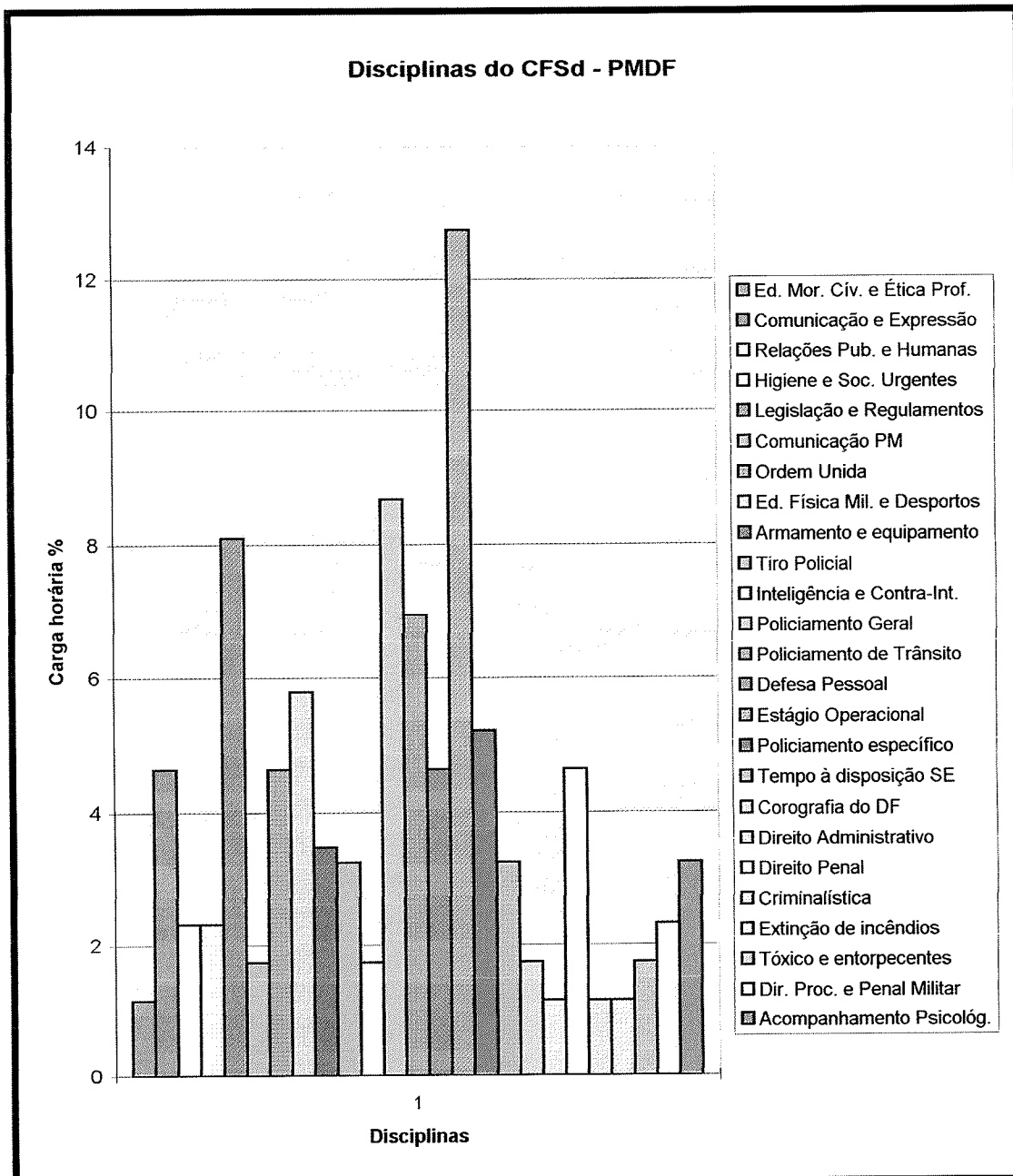


Pode-se verificar, a partir dos dados, que para cumprir os objetivos voltados para a comunidade, preconizados no currículo, a PM goiana prevê na formação do soldado as seguintes disciplinas: Educação Moral e Cívica e Ética Profissional, com 40 horas/aula (h/a); Relações Públicas e Humanas, com 40 h/a; Noções de Direito, com 75 h/a e Direito da Criança, Adolescente e do Cidadão, com 35 h/a, perfazendo um total de 190 h/a. A carga horária dessas disciplinas, com vistas ao aspecto social, representam 17,4 % do total de aulas ministradas em todo o curso, o que na comparação com as demais corporações em estudo, representa o maior índice. Verifica-se portanto, que embora haja a preocupação com a atuação social do PM, a quantidade de horas/aula destinadas a esse objetivo, ainda são modestas, o que indicam a necessidade de reformulações.

Observa-se também, que a PMGO apresenta um pequeno número de disciplinas, além de não haver inovações nesse ramo do conhecimento.

4.2.2 Análise e Interpretação do Currículo da PMDF

Gráfico 11



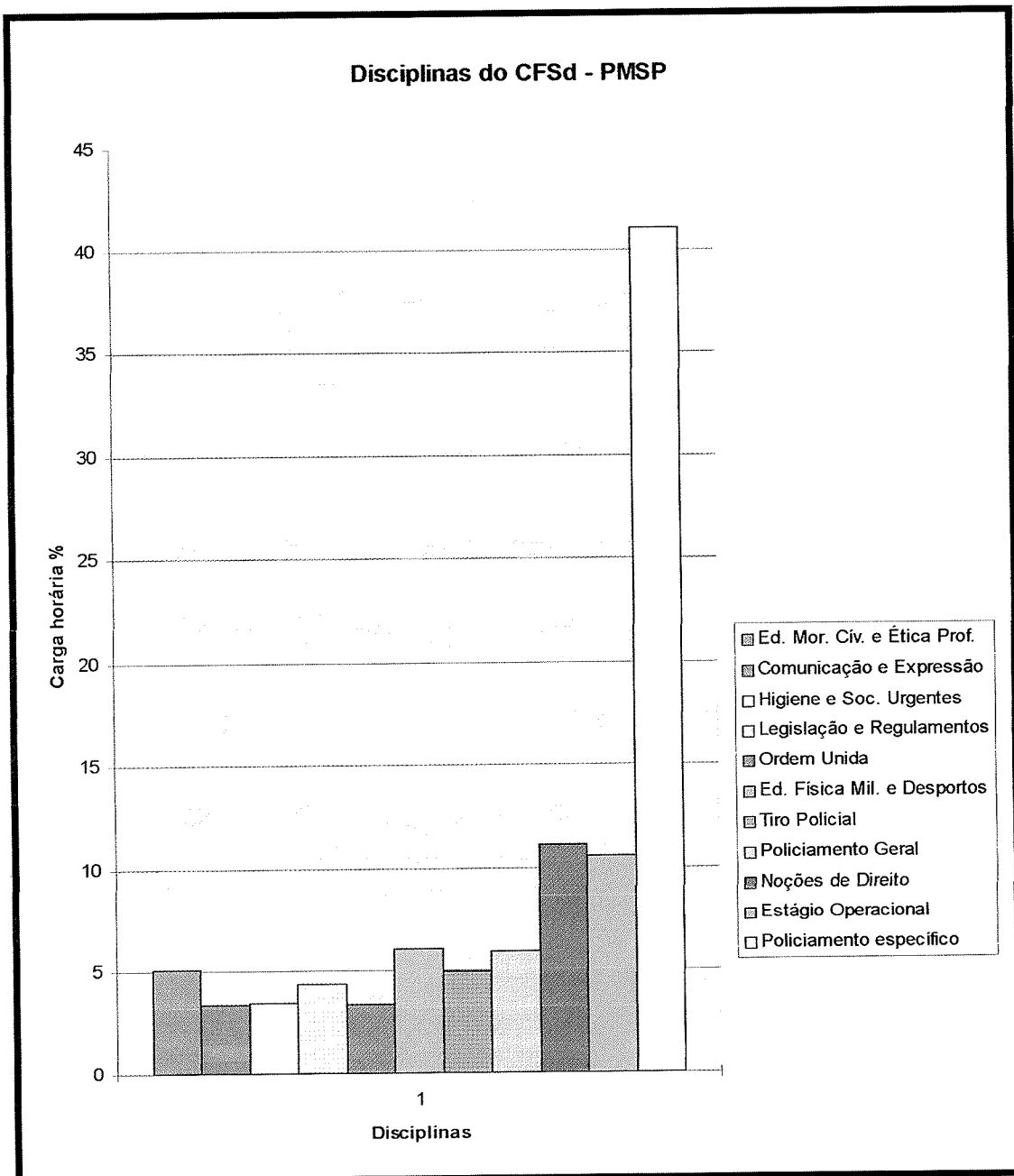
Apesar dos objetivos traçados em seus documentos de ensino não contemplarem, com maior ênfase, o aspecto social-humano, a PMDF reserva espaços para disciplinas que têm esse cunho. No currículo do CFSd identificamos as seguintes disciplinas com características sociais: Ética Profissional, com 10 h/a; Relações Públicas e Humanas, com 20 h/a; Acompanhamento psicológico, com 28 h/a; Direito Administrativo, 10 h/a; Direito Penal, 40 h/a e Direito Processual e Penal Militar, 20 h/a; perfazendo um total de 128 h/a, o que representa 14,8% do total da carga horária.

A corporação evidencia uma preocupação com o conhecimento na área do Direito, quando estabelece o estudo de alguns ramos da ciência jurídica (Direito Administrativo, Direito Penal, Direito Processual Penal e Direito Penal Militar). Todavia, não se observa outras inovações de perfil social.

Se comparado com as demais corporações em estudo, nota-se que a PMDF apresenta índices próximos da PMGO, PMSP e PMMG que possuem os maiores, em disciplinas preparatórias do agente social.

4.2.3 Análise e Interpretação do Currículo da PMSP

Gráfico 12

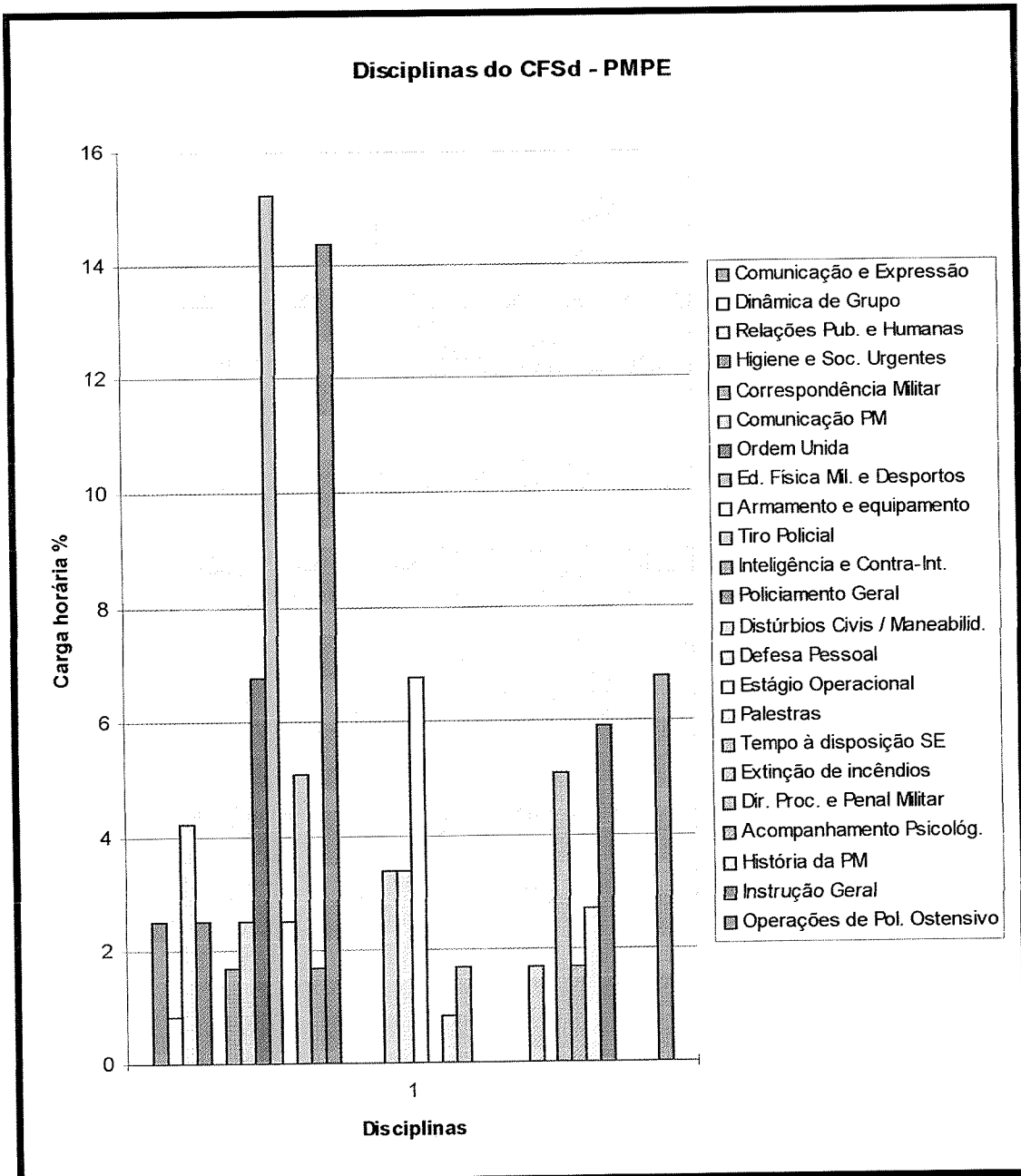


A materialização dos objetivos, descritos em capítulo anterior, se consubstancia nas seguintes disciplinas: Ética profissional, 45 h/a; Relações Públicas, 12 h/a; Direito de Cidadania, 11 h/a; Polícia Comunitária, 31 h/a e Noções de Direito, 99 h/a . O somatório da carga horária das disciplinas descritas perfazem um total de 163 h/a, o que significa 18,3% de toda a carga horária do CFSd. Ressalte-se que embora haja um preocupação com o aspecto social e comunitário expressada nos objetivos e, particularmente, quando se inova criando a disciplina Polícia Comunitária, os reflexos no currículo ainda são tímidos, considerando a carga horária total. No entanto, dentre as corporações estudadas, a PMSP é uma das que apresenta um dos melhores índices na relação disciplina social e carga horária total.

A PMSP apresenta inovações na formação do soldado PM com a criação das disciplinas: Polícia Comunitária e Direito de Cidadania.

4.2.4 Análise e Interpretação do Currículo PMPE

Gráfico 13

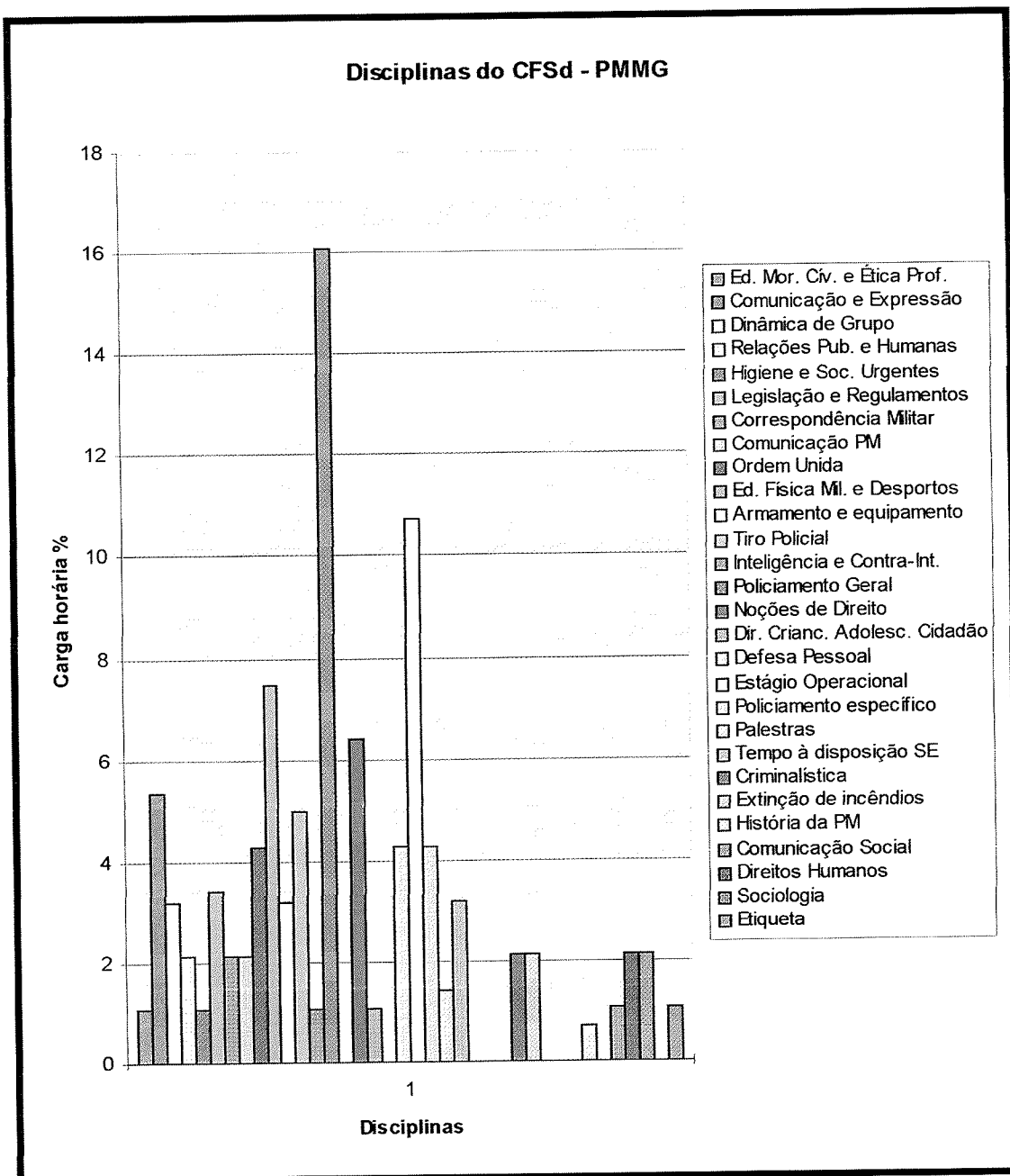


A PM pernambucana, desde o estabelecimento dos seus objetivos do CFSd, não demonstra maiores preocupações com a questão comunitária. Apesar disso, o seu currículo contempla disciplinas que caracterizam uma atitude voltada para o aspecto social-humano. Assim, constam no seu plano de matérias as seguintes disciplinas: Relações Públicas e Humanas, 50 h/a; Acompanhamento Psicológico, 20 h/a; Psicologia Aplicada, 20 h/a e Legislação Penal e Processual, 60 h/a. Tem-se, portanto, um total de 150 h/a e um índice de 12,7% na relação disciplina social com carga horária total, o que é o menor índice observado dentre as corporações estudadas. Como as demais, o índice é tímido para a formação de um agente social.

A PMPE não apresenta inovações em disciplinas sociais como também é pequena a diversidade de matérias nesta área do conhecimento.

4.2.5 Análise e Interpretação do Currículo da PMMG

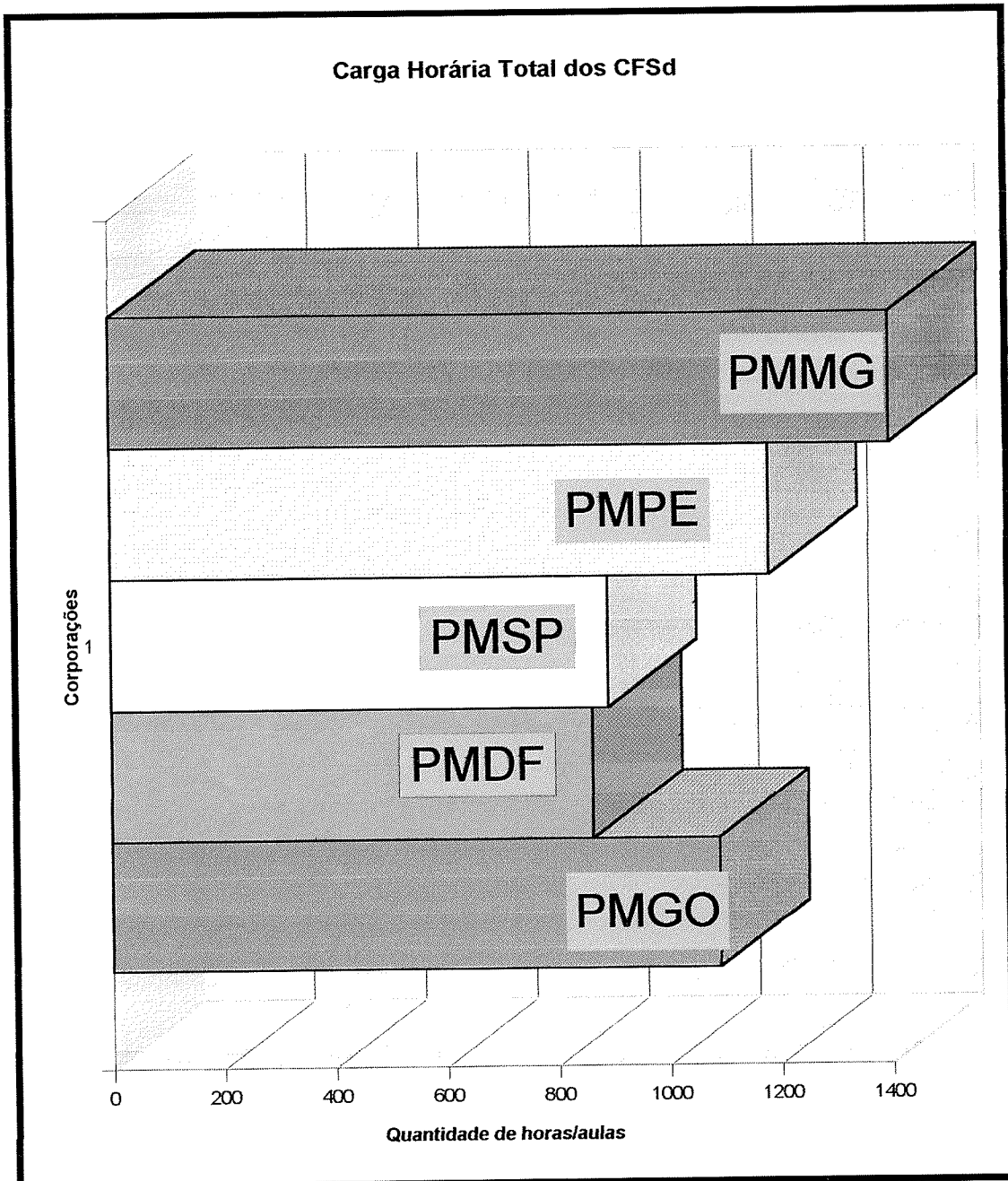
Gráfico 14



Na PM mineira observa-se a preocupação com o aspecto social, evidenciada pela existência das seguintes disciplinas: Ética Profissional, 15 h/a; Relações Públicas e Humanas, 30 h/a; Comunicação Social, 15 h/a; Direito do Cidadão, 15 h/a; Direitos Humanos, 30 h/a; Sociologia, 30 h/a; Etiqueta, 15 h/a e Noções de Direito, 90 h/a. Tais matérias perfazem um total de 240 h/a, o que significa 17,1% na relação das disciplinas com a carga horária total. A PMMG apresenta o maior número de disciplinas no campo social e o maior número de horas/aulas reservadas a essa área do conhecimento, dentre as corporações pesquisadas. Ainda assim, pode-se considerar insuficiente o tempo destinado ao assunto, uma vez que proporcionalmente o índice (17,1%) é pequeno.

4.3 ANÁLISE COMPARATIVA DAS CARGAS HORÁRIAS GERAIS

GRÁFICO 15



Os Cursos de Formação de Soldados analisados não são uniformes quanto ao estabelecimento das cargas horárias gerais. O curso da PMGO está estruturado para 1090 horas/aula; a PMDF para 864 horas/aula; a PMSP para 892 horas/aula; a PMPE para 1182 horas/aula e a PMMG para 1400 horas/aula, conforme pode-se visualizar no gráfico a seguir.

A PMMG é a corporação que possui a maior carga horária, dentre as pesquisadas. Em relação à PMDF apresenta 536 h/a a mais; em relação à PMSP apresenta 508 h/a a mais; em relação a PMGO 310 h/a a mais e em relação a PMPE 218 h/a a mais.

Assim sendo, pode-se partir do pressuposto de que o curso que apresenta a maior disponibilidade de tempo, em horas/aula, possibilita uma maior transmissão de conhecimentos, e por conseqüência, uma melhor formação profissional.

Cabe registrar, apenas como curiosidade, uma vez que não é propósito desta pesquisa estabelecer comparações com instituições policiais internacionais, que a Polícia Metropolitana de Nova Iorque estabelece uma carga horária de 1080 h/a para o seu

curso básico.¹⁵ Importante, ainda, registrar que este organismo policial forma para os seus quadros agentes que executam a atividade de polícia judiciária e preventiva, mas que nos fornece uma idéia, como parâmetro de curso de formação, ainda mais se considerar-se o prestígio internacional que goza a polícia em evidência.

Portanto, entende-se que as corporações que formularam seus currículos com base em cargas horárias acima de 1000 h/a e adequadas a um ano letivo, possuem, potencialmente, melhores condições de formar seus profissionais.

4.4 ANÁLISE COMPARATIVA DO NÚMERO DE DISCIPLINAS

Um outro fator de importância neste estudo é a verificação da quantidade de disciplinas que cada corporação apresenta.

Observa-se que a PMGO possui em seu currículo 23 disciplinas, das quais 04 são voltadas para a área social, o que

¹⁵ United States Of America. New York State Police. *Basic Course*. New York; State Police, 1994. Mimeo. 71p., p.56.

representa, relativamente, 17,4% das disciplinas do curso. Este índice é coincidente com o índice relativo à carga horária, analisado no item 4.2.1.

Ao se analisar a PMDF, observa-se que a corporação apresenta 25 disciplinas em seu currículo, das quais 06 se voltam para a formação social do PM, o que representa, relativamente, 24% das disciplinas do curso. Verifica-se que há uma disparidade entre o índice relativo à carga horária, estudado no item 4.2.2, que é de 14,8% e o índice ora apresentado.

Na análise da PMSP observa-se que a corporação estabelece um total de 11 disciplinas, das quais 05 são afetas à formação social do PM, o que representa 45,5%, relativamente, ao número de disciplinas existentes. Constata-se também na PM paulista haver uma divergência nos índices, pois o índice relativo à carga horária é de 18,3%.

Ao se verificar a PMPE, observa-se que a corporação compôs o seu currículo com 23 disciplinas, das quais 04 são voltadas para a formação social do PM, o que representa 17,4%. No caso da PM pernambucana observa-se que há uma pequena diferença entre este índice e aquele citado no item 4.2.4 que é de 12,7%, e que se refere à carga horária.

Na análise da PMMG observa-se que seu currículo é composto por 28 disciplinas, das quais 08 são voltadas para o aspecto social, o que representa um índice de 28,6% relativamente ao número total de disciplinas. Comparado com o índice relativo ao total da carga horária que é 17,1%, conforme apresentado no item 4.2.5, nota-se uma divergência considerável nos índices.

A apresentação das frequências e índices acima, por si só, não explica a relação entre o número de disciplinas e a carga horária, mas nos permite algumas inferências.

O quociente obtido pela divisão da carga horária do curso pelo número total de disciplinas nos fornece a média de horas/aula por disciplina. Observou-se que a média modal está em torno de 45 h/a por disciplina, admitindo-se uma variação de 5% acima ou abaixo.

As corporações que apresentam uma média abaixo das 40 h/a estão, portanto, fora dos padrões e, quanto mais baixa esta média, maior a demonstração de que está tratando superficialmente os conteúdos das disciplinas. Contrariamente, as médias que estão acima do padrão identificado representam que está havendo uma saturação de tempo para as disciplinas

existentes, necessitando, pois, de que se especifique melhor os conteúdos com a criação de novas disciplinas.

Assim, por exemplo, a PMDF possui uma carga horária de 864 h/a para 25 disciplinas, o que nos dá uma média de 34,6 h/a por disciplina. A se manter o mesmo número de disciplinas, 25, deveria aumentar a sua média de carga horária por disciplina, e para tal deveria acrescentar 261 tempos em sua carga horária total, perfazendo 1125 h/a na carga horária geral do curso. Para uma melhor adequação, os tempos acrescidos deveriam destinar 210 h/a para as disciplinas de caráter social, a fim de que se elevasse de 14,8% para 30,0% o índice de representatividade dessas disciplinas em relação ao total de horas/aula do curso.

Por outro lado, a PMSP possui um curso de formação com 892 h/a em sua carga horária, para um total de 11 disciplinas, o que nos fornece uma média de 81,1 h/a por disciplina. Observa-se que a média encontrada demonstra uma saturação de carga horária por disciplina, motivado principalmente pelo fato de existir uma disciplina chamada Policiamento Específico, que de fato representa um conjunto de disciplinas, necessitando, por essa razão, de melhor especificar as matérias em sua grade curricular.

O que se observa, de um modo geral, é que nas corporações estudadas há que se adequar as duas variáveis acima explicadas.

Na PMGO, a carga horária total do curso é de 1090 h/a e com um total de 23 disciplinas, o que dá uma média de 47,4 h/a por disciplina, e que está dentro dos padrões acima estabelecidos. Todavia, há que se fazer uma reformulação do currículo, no sentido de tornar maior o número de disciplinas e de carga horária voltadas para o contexto social. Isto dito, porque na atual distribuição curricular, há pouca destinação de carga horária e disciplinas para a formação humanística do policial-militar.

Na PMPE a carga horária é de 1182 h/a para um total de 23 disciplinas, o que dá uma média de 51,4%, portanto, um pouco acima da média observada como padrão. Deveria então adequar sua grade curricular de modo que aumentasse o número de disciplinas e carga horária, mas que a atenção se voltasse para a criação de mais quatro disciplinas de formação para o contexto social, e também que pelo menos 400 h/a se destinassem a este objetivo, o que daria um índice de participação de 33,8%.

A PMMG apresenta um total de 1400 h/a em sua carga horária e um total de 28 disciplinas, de onde se obtém uma média

de 50 h/a por disciplina, portanto, dentro do padrão observado. A corporação, no que se refere à formação social, deixa a desejar, devendo, para adequar o seu currículo, acrescentar cerca de três disciplinas sociais e aumentar para 490 h/a a carga horária para esta finalidade.

4.5 A FALTA DE PADRONIZAÇÃO DA FORMAÇÃO NAS POLÍCIAS MILITARES

Quando se faz um estudo comparativo e se verifica uma série de diferenças, como as apresentadas neste trabalho, logo nos vem uma pergunta: por que não existe uma padronização curricular no que se refere a formação do profissional da polícia militar, já que se trata de uma instituição nacional?

Houve um tempo em que a IGPM - Inspeção Geral das Polícias Militares -, órgão vinculado ao Estado-Maior do Exército, regulava através de diretrizes a questão da formação do policial-militar para todas as corporações brasileiras. Eram emitidas as chamadas Diretrizes Gerais de Ensino e Instrução, cuja última edição se deu para o biênio 1986/1987¹⁶. Portanto, com o advento da Constituição de 1988, que conferiu às Polícias Militares um novo estatuto jurídico, a IGPM, embora exercendo uma função de coordenação e fiscalização, não mais baixou diretrizes, ficando a cargo de cada corporação a elaboração das suas respectivas normas de ensino.

Tal fato acarretou conseqüências positivas e negativas. O que ocorreu de positivo é que terminou a imposição de que a formação do pessoal fosse voltada, de uma certa forma, para os interesses da força terrestre, como se observa a partir da DGEI-86/87, quando o documento estabelece que tanto no ensino como na instrução dos policiais-militares e, no que for aplicável, dos bombeiros-militares, deve estar sempre presente a preocupação com os quatro tipos de ações básicas:

- as ações de defesa pública, desenvolvidas para a manutenção da ordem pública, em particular o policiamento ostensivo;
- as ações de defesa civil, em particular as ações de prevenção e controle de incêndios, calamidades públicas e outros sinistros;
- as ações de defesa interna, prevenindo ou reprimindo ações subversivas;
- as ações de defesa territorial, em caso de guerra externa.

Portanto, abriu-se a possibilidade para a adequação da formação, tornando o PM mais voltado para agir de acordo com as expectativas e interesses da sociedade. Assim, foram disseminadas novas disciplinas nos currículos de algumas

¹⁶ BRASIL - DGEI (Diretrizes gerais de ensino e instrução)1986-1987. Brasília: IGPM, Ministério do Exército, (1985).

corporações, procurando resgatar a vocação social da Polícia Militar.

que ocorreu de negativo foi que as corporações deixaram de ter uma coordenação em nível nacional, o que gerou uma diversidade, bastante acentuada, na questão da formação e do ensino. A PMSP optou pela formação de um especialista em modalidades e tipos de policiamento, outras como a PMDF, PMPE, PMGO e PMMG optaram pela formação de um policial-militar eclético, o chamado “clínico geral”. Resta a cada corporação estabelecer o seu modelo, mas seja ele qual for, não pode perder de vista que deverá formar um agente social.

CONCLUSÃO

A formação básica do policial-militar, entendida neste estudo como a formação do Soldado , não está adequada para sua atuação na sociedade.

As opiniões obtidas dos mais diversos segmentos sociais obtidas e a pesquisa de campo realizada demonstraram que problemas existem. Há uma convergência de opiniões que aponta no sentido de que as pessoas estão pouco satisfeitas com o serviço prestado pela Polícia Militar; que consideram o policial-militar pouco preparado para exercer suas funções sociais; que os fatores de maior influência na melhoria do serviço prestado são a adequação da formação profissional, salário e seleção mais rigorosa, nesta ordem; e que consideram como fatores preponderantes à ocorrência de casos de violência cometida por policiais-militares contra a população, a falha na formação

profissional e a falta de consciência do seu papel social. Assim, evidenciada a comprovação da primeira e segunda hipóteses formuladas para o estudo: a atuação do policial-militar não está de acordo com o que a sociedade espera de sua participação no contexto social e formação básica do policial militar é apontada como um dos problemas de seu entrosamento com o meio social.

Em uma análise da literatura correlata com o tema proposto, identificou-se que os trabalhos realizados há mais tempo, não apresentam preocupação com a formação direcionada para o aspecto social. Entretanto, os trabalhos mais recentes manifestam esta preocupação, principalmente quando buscam o estabelecimento de um perfil relacionado com a formação profissional e valores sociais. No que se refere, especificamente, ao trabalho elaborado pela Comissão que estudou o tema “O soldado PM: Avaliação de sua formação em função da atividade profissional”, identificou-se pontos de convergência de idéias com os princípios que se direcionam no sentido de adequar a formação, particularmente do soldado policial-militar, para o contexto social. Todavia, há uma divergência, quando, na conclusão daquele trabalho, a comissão conclui que o currículo é de boa qualidade, necessitando apenas de pequenas revisões. Entende-se, a partir

dos estudos comparativos realizados, que os currículos necessitam ser reformulados para os padrões apresentados neste estudo, a fim de que realmente se busque uma efetiva qualidade no processo de formação e, conseqüentemente, no profissional de segurança pública que se deseja.

As corporações policiais-militares do Brasil têm estabelecido diferentemente o processo de formação básica do seu respectivo pessoal. Os aspectos de diferenciação relacionam-se com o estabelecimento da carga horária, a determinação das disciplinas em quantidade e espécie, com os objetivos determinados para os Cursos de Formação, além da filosofia de se formar um profissional especializado ou eclético. Cada corporação tem um padrão de carga horária total de curso, sendo que a que foi observada como ideal foi a da PMMG. Para um curso mais aprofundado e de qualidade, com exceção da PMMG, é necessário que as corporações ajustem suas respectivas cargas horárias ao patamar de 1400 horas-aula. Portanto, para um curso de maior qualidade e nível mais elevado, a carga horária dos cursos de formação da PMGO, PMDF, PMSP e PMPE ainda é insuficiente, conforme a proposição da terceira hipótese formulada.

Através da análise comparativa pôde-se observar que há deficiências no que tange à carga horária e o estabelecimento das disciplinas. Cada corporação tem suas peculiaridades, e a adequação dos currículos também precisa ser feita de maneira particular, considerando o quadro existente. Todavia, de uma maneira geral, em todas as Polícias Militares pesquisadas necessita-se fazer ajustes de carga horária, particularmente aumentando a carga horária para as disciplinas de cunho social. No que se refere ao estabelecimento de disciplinas, também de uma forma geral, há necessidade de se dar mais ênfase às disciplinas que alicerçam uma formação mais voltada para o social com estabelecimento de mais disciplinas com este propósito. Tal observação vem a corroborar a hipótese formulada de que os currículos não são adequados para a formação de um agente social.

Buscou-se, ainda, neste estudo, verificar o aspecto da falta de padronização dos cursos de formação. Observou-se que hoje, em nível nacional, não há uma efetiva coordenação no que se refere à formação, por parte da IGPM. Esta situação ocorria até 1988. Desta época para cá, cada corporação tem podido reformular os seus respectivos currículos, sem que haja

ingerências que limitem esta ação. Em verdade, a reformulação de cursos, hoje, é uma questão de política de ensino de cada corporação, sem interferências externas.

Apresentou-se uma proposta de currículo onde se buscou destacar, sobretudo, a preocupação de formar um agente apto para exercer uma função social, e que pudesse se tornar um programa comum a todos os níveis de formação dentro da corporação.

O tema formação, dentro da instituição Polícia Militar, por certo não é uma novidade. Ao longo do tempo tem-se observado uma evolução nos propósitos e alterações importantes têm sido introduzidas no processo de ensino que visa a formação profissional. Com esta pesquisa, estamos certos de estar dando um novo enfoque para a questão e contribuindo para a busca de soluções de problemas que afetam as nossas corporações, e porque não dizer, a instituição como um todo.

PROPOSTA DE CURRÍCULO PARA O CURSO DE FORMAÇÃO BÁSICA DO PM

Quando nos propusemos a apresentar um currículo que estivesse de acordo com a concepção de uma formação voltada para atuação no contexto social, alguns aspectos tiveram de ser considerados.

Primeiro, o currículo teria que apresentar elementos (carga horária e disciplinas) para um curso de nível, pois a proposta deveria inserir-se na nova política de pessoal da PMGO, e também da PMDF, de que a condição para participação da seleção, até para o Curso de Formação de Soldados, é possuir, no mínimo, a escolaridade de segundo grau.

Segundo porque entende-se que um Curso de Formação Básica não deve ter a concepção que se tem hoje de confundir-se com o CFSd. A concepção de um curso básico é

aquela em que o curso é um pressuposto para todos os níveis de formação da corporação. Assim, a proposta tem como intenção ser o currículo básico dos Cursos de Formação de Soldados, pré-requisito para o Curso de Formação de Cabos e Sargentos, que neste caso teriam um currículo complementar para formar o profissional apenas para a graduação pretendida e, até mesmo, para o curso de formação de Oficiais, onde o currículo proposto seria correspondente ao 1º. ano do CFO. Neste caso, sim, teria-se verdadeiramente uma formação básica, comum a todos os níveis.

Cabe ressaltar que a proposta apresentada não significa que o acesso aos postos e graduações só se daria para o público interno. Não é isto. Em verdade, os concursos deveriam estar sempre abertos ao público interno e externo, só que para o novo integrante, aquele que veio do meio civil, se faria necessário também a realização do curso básico, antecedendo a realização do seu curso específico.

O modelo apresenta como vantagem uma padronização, num patamar elevado, dos diversos cursos de formação, revertendo uma situação atual, em que se observa uma valorização dos cursos de formação de oficiais e sargentos em detrimento ao curso de formação do soldado, que tem sido

colocado num plano secundário, em um nível mais baixo, por motivo que pode até ser justificado (baixo nível de escolaridade dos selecionados, falta de condições para uma formação mais adequada, falta de incentivo pelos baixos salários, necessidade de ter um efetivo pronto para o serviço no prazo mais curto possível etc), mas que não pode ser entendido como um curso de menor importância, e sim ao contrário, porque na ponta do sistema, lidando diretamente com o cliente, estará ele, o soldado.

Uma outra vantagem é que todos os componentes da corporação passariam, depois de um certo tempo, a ter conhecimento de causa do processo de formação, até por experiência própria, o que não ocorre hoje, porque a realidade da formação de cada círculo é bem diferente.

TABELA 11

CURRÍCULO DE FORMAÇÃO BÁSICA PROPOSTO

| Nº | DISCIPLINA | fi | % |
|--------------|---|-------------|------------|
| 1 | Ética Profissional | 20 | 1.43 |
| 2 | Relações Públicas e Humanas | 50 | 3.57 |
| 3 | Introdução ao Estudo do Direito | 40 | 2.86 |
| 4 | Direito da Criança, do Adolescente e do Cidadão | 30 | 2.14 |
| 5 | Direito Administrativo | 20 | 1.43 |
| 6 | Direito Penal | 40 | 2.86 |
| 7 | Direito Processual Penal | 30 | 2.14 |
| 8 | Direito Constitucional | 40 | 2.86 |
| 9 | Direitos Humanos | 40 | 2.86 |
| 10 | Sociologia | 40 | 2.86 |
| 11 | Psicologia | 40 | 2.86 |
| 12 | Comunicação Social | 20 | 1.43 |
| 13 | Gestão de Qualidade | 40 | 2.86 |
| 14 | Comunicação e Expressão | 80 | 5.71 |
| 15 | Dinâmica de Grupo | 25 | 1.79 |
| 16 | Higiene e Socorros Urgentes | 30 | 2.14 |
| 17 | Legislação e Regulamentos Policiais Militares | 70 | 5 |
| 18 | Correspondência Policial Militar | 15 | 1.07 |
| 19 | Defesa Pessoal | 60 | 4.29 |
| 20 | Ordem Unida | 50 | 3.57 |
| 21 | Educação Física Militar e Desportos | 100 | 7.14 |
| 22 | Armamento e Equipamento | 40 | 2.86 |
| 23 | Tiro Policial | 50 | 3.57 |
| 24 | Inteligência e Contra-Inteligência | 20 | 1.43 |
| 25 | Policiamento Geral | 80 | 5.71 |
| 26 | Policiamento de Trânsito | 60 | 4.29 |
| 27 | Comunicação PM | 20 | 1.43 |
| 28 | Estágio Operacional | 120 | 8.57 |
| 29 | Policiamento Específico | 40 | 2.86 |
| 30 | Palestras | 10 | 0.71 |
| 31 | Direito Processual e Penal Militar | 40 | 2.86 |
| 32 | Criminalística | 20 | 1.43 |
| 33 | Tempo a Disposição da Seção de Ensino | 20 | 1.43 |
| TOTAL | | 1400 | 100 |

ESTABELECIMENTO DA CARGA HORÁRIA

Partindo-se do princípio de que cada disciplina, como observado neste estudo, deve ter em média 45 horas/aula, e o número de disciplinas tidas como indispensáveis, convenientes a um currículo básico alcançou o número de 33, chegou-se a conclusão de que a carga horária total deveria ficar em torno de 1400 horas/aula. Coincidentemente, este valor se equipara a carga horária de um ano letivo do Curso de Formação de Oficiais, como também está dentro de um padrão de formação de soldados hoje existente, que é o da Polícia Militar de Minas Gerais.

ESTABELECIMENTO DO QUADRO DE DISCIPLINAS

Durante o estudo foi constatado que algumas corporações, em relação ao currículo do CFSd de Goiás, que permaneceu como constante para análise comparativa,

apresentaram inovações pertinentes, e que se coadunam com os anseios de uma preparação mais voltada para o social.

Por essa razão, foram acolhidas como importantes para o novo currículo mais nove disciplinas, a saber: Direito Administrativo, Direito Penal, Direito Processual Penal, Direito Constitucional, Direitos Humanos, Sociologia, Psicologia, Comunicação Social e Gestão de Qualidade. A disciplina Noções de Direito, por tratar genericamente da ciência jurídica, foi substituída pela disciplina Introdução ao Estudo de Direito. Foram mantidas as disciplinas Ética Profissional, Relações Públicas e Humanas e Direito da Criança do Adolescente e do Cidadão.

Ao final, ^{obtiveram-se} obteve-se treze disciplinas que buscam o atributo social do formando, o que representa 39,4% das disciplinas totais do curso, e no somatório das cargas horárias dessas treze disciplinas, 410 h/a, obtém-se um índice percentual de cerca de 30% da carga horária total, índices esses aceitáveis e mais condizentes com a pretensão já expressada.

Outras adaptações, embora não se voltando diretamente para o aspecto de formação para o social, ~~que é o~~ objeto do estudo em questão, tiveram que ser feitas. Foi inserida a disciplina ^Pcriminalística visando à obtenção de um conhecimento

mais voltado para o campo técnico-científico. A disciplina Distúrbios Civis foi retirada, considerando que ela deve ser tratada em currículo de um curso de policiamento específico, no caso, a polícia de choque.

A grade curricular apresentada é uma proposta de mudança, logicamente que necessitando de se especificar o conteúdo programático de cada disciplina, o que pode se constituir na continuidade deste estudo, dependendo da motivação que possa causar. É assunto para um novo trabalho técnico-profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

1. BRASIL - **Diretrizes gerais de ensino e instrução - IGPM - Biênio 86/87**. Orienta o planejamento e o desenvolvimento do ensino e da instrução nas Polícias Militares e nos Corpos de Bombeiros Militares Independentes e regula o seu controle, coordenação e fiscalização. Brasília, IGPM, (1985), 55 p.
2. COSTA, Alcino Lagares Côrtes - **Sociedade sem violência - uma solução através da urbanologia cogente**. Uberaba: [s.e.],1992, 170 p.
3. DISTRITO FEDERAL - **Normas para o planejamento e conduta do ensino (NPCE) 1997**. Brasília: Polícia Militar, 1997. Mimeo.
4. FIGUEREDO, Ubaldo Souza de - **O perfil social do policial-militar do Estado de Goiás**. Goiânia: APMGO, 1996, 81 p.

5. GOIÁS - **Normas para o planejamento e conduta do ensino (NPCE - 97)** Goiânia: Polícia Militar, 1996.
6. JOBIM, Nelson - **Fala do Ministro Nelson Jobim**. Nota taquigráfica da comissão especial da PEC 338-A/96 - Regime constitucional dos militares. Brasília: Congresso Nacional, 15 jan.97.
7. LEMOS, Ricardo Teixeira - Sem título. **Revista CONSULEX**, Goiânia, a. 1, n. 4, p. 14, abr. 1997.
8. LESSA, Pedro - Voto em acórdão. **A Instituição PM**. Rio de Janeiro: STF, 1909. Apostila. Mimeo.
9. LIMA, Eurípedes B.(Presid.) - **O soldado PM: avaliação de sua formação em função da atividade profissional**. Goiânia: PMGO, 1996, 37 p. TTP. Mimeo.
10. MINAS GERAIS - **Plano de matérias do curso de formação de soldados (PLAMA):1997**. Belo Horizonte: Polícia Militar, 1997. Mimeo.
11. PERNAMBUCO - **Normas para o planejamento e conduta do ensino (NPCE) 97**.Pernambuco: Polícia Militar, 1996.

12. PONTES, Carlos Olavo Faial, TORRES, José Fernando, ROCHA FILHO, Hellen José Futuro - **O perfil profissional do policial-militar. Pesquisa exploratória.** Brasília: APMDF, 1991, 130 p.
13. QUINAN, Lídia - **Discurso.** Brasília: Câmara dos Deputados, 22 abr. 97
14. RUDIO, Franz Victor - **Introdução ao projeto de pesquisa científica.** Petrópolis: Vozes, 1986, 128p.
15. SÁ, Elisabeth Schneider de, et al.- **Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994, 184 p.
16. SALOMON, Décio Vieira - **Como fazer uma monografia, elementos de metodologia do trabalho científico.** 3. ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1973, 301 p.
17. SÃO PAULO - **Normas para o planejamento e conduta do ensino (NPCE-97)** São Paulo: Polícia Militar, 1996.
18. SILVA, Ruy Sampaio - **A formação do sargento policial-militar: sua seleção, sua carga horária e o rol de matérias curriculares.** Brasília: APMDF, 1988, 118 p.

19. UNITED STATES OF AMERICA - **State Police. Basic Course.**

New York; State Police, 1994. Mimeo. 71p.

ANEXO

QUESTIONÁRIO

3. Com relação ao policial-militar estar preparado para exercer sua função na sociedade, você o considera:

- muito preparado preparado pouco preparado
 despreparado

4. Dentre os fatores apontados abaixo indique aquele que você considera que mais contribuiria para melhorar a forma de atuação do policial-militar e o serviço que ele presta à comunidade:

- melhor salário seleção rigorosa desmilitarização
 acompanhamento adequação da formação profissional
 julgamento por tribunal civil fiscalização maior efetivo
 equipamentos mais modernos maior valorização do seu trabalho

5. Dentre os aspectos apontados abaixo, indique aquele que você considera que mais contribui para a prática de violência policial cometida por policiais-militares:

- impunidade falha na formação profissional
 falta de consciência de seu papel social psicopatia perversa
 deficiência no processo de seleção corporativismo